



UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL



RAFAELA ABRAMI RODRIGUES CORAÇÃO DE QUEIRÓS

PROPOSTA DE AÇÕES PARA DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
DO MUNICÍPIO DE ITAPETININGA-SP

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

CURITIBA
2013

RAFAELA ABRAMI RODRIGUES CORAÇÃO DE QUEIRÓS

**PROPOSTA DE AÇÕES PARA DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
DO MUNICÍPIO DE ITAPETINGA-SP**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós Graduação em Gestão Pública Municipal, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Câmpus Curitiba.

Orientador: Prof. M.Sc. Marcos Ferasso

EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

**CURITIBA
2013**

KIT BANCA – 1

*RESULTADO CONSOLIDADO DA AVALIAÇÃO: APRESENTAÇÃO DE MONOGRAFIA DE
ESPECIALIZAÇÃO*

KIT BANCA – 2

FICHA DE AVALIAÇÃO: APRESENTAÇÃO DE MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

KIT BANCA – 3

TERMO DE APROVAÇÃO

KIT BANCA – 4

APENDICE “A”- DECLARAÇÃO DE AUTORIA

KIT BANCA - 5

APENDICE "B" - TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO

Dedico esse trabalho a minha família que sempre me incentivou aos estudos.

AGRADECIMENTOS

À Deus pelo dom da vida, pela fé e perseverança para vencer os obstáculos e por ser a base de minhas conquistas.

A minha família, pela paciência e por acreditar e ter interesse em minhas escolhas, me apoiando e esforçando-se junto, para que eu superasse todas as dificuldades. Pela orientação, dedicação e incentivo nessa fase do curso de pós-graduação e durante toda minha vida.

Ao meu orientador professor mestre Marcos Ferasso, que me orientou, pela sua disponibilidade, interesse e receptividade com que me recebeu e pela prestabilidade com que me ajudou.

A Secretária de Planejamento, Juliana R. Leomil Mantovani, da Prefeitura Municipal de Itapetininga, pela disponibilidade, interesse em planejar e desenvolver o projeto, pela receptividade com que me recebeu e pela prestabilidade com que me ajudou.

Agradeço aos pesquisadores e professores do curso de Especialização em Ensino de Ciências, professores da UTFPR, Câmpus Medianeira.

Agradeço aos tutores presenciais e a distância que nos auxiliaram no decorrer da pós-graduação.

Enfim, sou grata a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para realização desta monografia.

RESUMO

RAFAELA, Queirós de Coração Rodrigues Abrami. Proposta de ações para o Desenvolvimento Econômico do Município de Itapetininga-SP. 2013. 85. Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2013.

Este trabalho teve como temática o desenvolvimento econômico do município de Itapetininga voltado ao agronegócio. Para o desenvolvimento e crescimento de um município, é preciso a administração ser coerente, priorizando suas necessidades para melhor aplicar os recursos adquiridos aproveitando do seu potencial. As bases legais regentes pouco ajudam a fixar a direção dos projetos já existentes e dos novos projetos propostos, pois sempre estão mudando tentando melhorar as diretrizes para os gestores que também mudam a cada ano eletivo. Entretanto, ainda assegura de alguma forma um pequeno, mas contínuo, desenvolvimento do município. O objetivo desta pesquisa é criar um modelo piloto do desenvolvimento econômico voltado ao agronegócio, para que os gestores que iniciarem na administração pública tenha o mínimo de cuidado para seguir as metas pré-estabelecidas no planejamento orçamentário e através da visão empreendedora, auxiliar os pequenos e médios empresários, que são o foco do crescimento do município. A pesquisa realizada e o desenvolvimento da pesquisa teórica, bibliográfica, constatam que é os pequenos produtores o foco da economia municipal, portanto, é necessário focar a melhoria do atendimento das políticas públicas neste setor.

Palavras-chave: Planejamento; Desenvolvimento Econômico; Agronegócio; Ações

ABSTRACT

RAFAELA, Queirós de Coração Rodrigues Abrami. Proposed actions for the Economic Development of the Municipality of Itapetininga - SP. 2013. 85. Monograph (Specialization in Municipal Public Management). Federal Technological University of Paraná, Medianeira, 2013.

In this study it is argued the Economic Development of Itapetininga regards its agribusiness. For growth and development of a municipality, a steady management and prioritization of its needs is a key factor to better exert the municipality resources' potential. The current legal bases hardly help setting the direction of existing and proposed new development projects because the guidelines are improved as well as managers incline to change every elective year. However, still somehow ensures a small, but steady development of the municipality. The research's objective is to create a pilot model of economic development agribusiness based, so that future managers who start in public administration, based on the new established guidelines, are willing to follow the pre-established goals in budgeting and through entrepreneurial vision, assist small and medium entrepreneurs, who are the focus for the city growth. The research and development of the theoretical literature, found out that small producers are the focus of municipal economy, so it is necessary to focus on improving the care of public policies in this sector.

Keywords: Planning, Economic Development, Agribusiness, Actions

“Dê-me, Senhor, agudeza para entender, capacidade para reter, método e faculdade para aprender, sutileza para interpretar, graça e abundância para falar. Dê-me, Senhor, acerto ao começar, direção ao progredir e perfeição ao concluir”.

(SANTO TOMÁS DE AQUINO)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
1.1. Justificativa	12
1.2. Objetivos	12
1.2.1. Objetivo Geral	12
1.2.2. Objetivos Específicos	13
2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE GESTÃO PÚBLICA	14
2.1. Ferramentas da Qualidade para Planejamento Estratégico	16
2.1.1. Projetos	16
2.1.2. Atributos dos Projetos	17
2.1.3. Gerenciamento de Projeto	17
2.1.4. Área do gerenciamento de Projeto	17
2.1.5. Figura 1 –Tríplice Restrição.....	18
2.1.6. Processo de Projeto	18
2.1.7. Análise S.W.O.T.	19
2.1.8. Figura 2 – Quadro demonstrativo da análise S.W.O.T.....	20
2.1.9. 5 W. 2 H.	21
2.1.10. Balanced Scorecard – BSC.....	22
2.1.11. Tabela 1 – Comparativo das perspectivas do BSC de um projeto na visão Privada	23
Tabela 2 – Comparativo das perspectivas do BSC de um projeto na visão Pública	24
Figura 3 - Quatro perspectivas	25
2.1.12. P.D.C.A.	25
2.1.13. Os projetos são infalíveis? Por que os projetos falham?	26
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	27
4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	29
4.1. Tabela 3 – Análise S.W.O.T.	30
4.2. Figura 4 – Gráfico Comparativo do PIB	30
5. ESTUDO DE CASO	32
5.1. Proposta de ações para a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do Município de Itapetininga/SP	32
5.2. Tabela 4 - Geral	33
5.3. AÇÕES	33

5.3.1.....	Lei de Incentivo ao Empreendedor Rural	33
5.3.2.....	Agente de Desenvolvimento Rural	34
5.3.3.....	Centro de Atendimento ao Empreendedor Rural Itinerante - CAERI	35
5.3.4.....	Comissão de Empreendedorismo em Agronegócios	36
5.3.5.....	Poupatempo Rural	36
5.3.6.....	Acessa São Paulo Rural	37
5.3.7.....	Incubadora de Agronegócio	37
5.3.8.....	Galpão de Agronegócio	38
5.3.9.....	Horta Comunitária	39
5.3.10.....	Banco de Alimentos	40
5.3.11.....	Mini Usina de Leite Municipal	41
5.3.12.....	Expansão da Bacia Leiteira	41
5.3.13.....	Turismo Rural	42
5.3.14.....	Agricultura Familiar	43
5.3.15.....	Central de Abastecimento – CEASA	44
5.3.16.....	Patrulha Agrícola	44
5.3.17.....	Silos Municipais	45
5.3.18.....	Moradia Rural – Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR)	46
5.4. Expectativa Após a Implantação e Principais Desafios a Serem Enfrentados		46
5.4.1.....	Tabela 5 – Captação de Parceiros e ou Recursos	47
5.4.2.....	Tabela 6 – Metas Relevantes Planejadas	48

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIAS	52
APÊNDICES.....	54
APÊNDICE A – Projeto de Lei elaborada para incentivo ao empreendedorismo rural.....	55
APÊNDICE B – Fotos de alguns programas implantados no Município de Itapetininga/SP	61
APÊNDICE C – Declaração dos Beneficiados pelos programas existentes no município.....	67
ANEXOS	73
ANEXO A – Artigo e ou matéria de jornal em meio eletrônico.....	73
ANEXO B – Lei Municipal que dá apoio aos pequenos produtores rurais do município.....	77

1. INTRODUÇÃO

Devido à extensão territorial e a diversidade produtiva, Itapetininga/SP é considerada o maior centro de produção agropecuária do Estado de São Paulo possui o maior PIB agrícola. Entretanto, possui 07 distritos que são pouco desenvolvidos devido à distância e falta de orientações e políticas públicas bem sucedidas.

Segundo o Censo 2010 do IBGE Itapetininga tem uma área territorial de 1.790,208 km², dentro desta, há pequenos produtores rurais de diversas culturas que necessitam de orientações, para melhorar seu rendimento mensal. Desta forma, considerando que a base do município é o agronegócio, procuramos desenvolver um plano de governo voltado para a vocação e necessidades do município. Considerando ainda que segundo estudo realizado pelo SEBRAE onde explana no seu manual de desenvolvimento dos municípios (Barreto, 2011) as Micro e Pequenas Empresas, é a categoria, que gira o comércio e geram o crescimento econômico do município.

Nesta monografia discutiremos o planejamento do desenvolvimento econômico do Município de Itapetininga/SP, demonstrando como gerar rendas. Inicialmente será elaborado um plano baseado em leis, principalmente de responsabilidade fiscal, logo, o que é um projeto, sua estrutura e como este é executado.

Após a teoria, será mostrada a pesquisa que foi estruturada, de tal forma que os resultados previstos sejam alcançados.

O Plano de Governo Municipal é viável e possivelmente realizado, se criado um cronograma que ajude realizar as ações e atingir a meta de crescimento do município pré-estabelecida.

A importância do planejamento do desenvolvimento econômico é na criação de parcerias como PPP – Parcerias Público Privadas, APL – Arranjo Produtivo Local, Associações, Cooperativas que possibilita prever recursos para a realização dos projetos, gerando a partir delas inovações nas áreas envolvidas.

A Novidade deste projeto é criar um padrão de desenvolvimento usando das características do município de Itapetininga, sem custos, através de recursos de terceiros gerando cada vez mais renda.

Visto o plano orçamentário, se realizadas devidamente as ações dos projetos, há expectativa de crescimento do município, principalmente com base nas pesquisas já realizadas de que o município tende a crescer.

Aproveitando a oportunidade do interesse de grandes empresas que querem se instalar no município, os gestores municipais devem criar programas no ramo da atividade dessas e procurar parcerias como ETECs, FATECs, escolas e faculdades em geral que proporcione curso na área; parceiros como SEBRAE para dar treinamentos e palestras gratuitas aos stakeholders,

Quais dificuldades que o município de Itapetininga vem encontrando para o seu desenvolvimento econômico?

1.1. Justificativa

Visando romper as dificuldades do crescimento do município e o surgimento de novos projetos, usando da criatividade para adquirir recursos financeiros e humanos e colocando em prática as ações. Pensamos em desenvolver um plano de governo municipal focando em um ponto de partida, “o start” para execução dos projetos voltados para o agronegócio.

Usando das características do município de Itapetininga, pelo maior PIB do Estado de SP, o projeto agrobusiness desenvolvido, ainda será implantado para depois se mensurar os resultados. De forma que esse projeto foca na vocação do Município de Itapetininga/SP pela sua extensão territorial.

O desenvolvimento de um Plano de governo, foca nas metas pré-estabelecidas e na otimização da aplicação dos recursos. Baseado nas legislações já existentes e contribuindo na reforma de novas leis que venham a surgir de acordo com as necessidades das ações executadas. Evoluindo continuamente e girando o crescimento do município.

1.2. Objetivos

1.2.1. Objetivo Geral

Para melhorar o desenvolvimento econômico de um município primeiramente é necessário fazer um planejamento da gestão pública municipal, e para isso é preciso definir como!

Primeiramente levantando dados e fazendo um estudo das características do município, depois, definir as prioridades do município e inseri-los nas diretrizes orçamentária

(PPA, LDO e LOA) definidas pelo planejamento orçamentário dos três anos de gestão e primeiro ano do sucessor, idealizado pela Lei de responsabilidade fiscal.

Segundo como o município adquire recursos e quais as suas dificuldades em adquiri-los. Logo, a demonstração de como funciona um projeto e como coloca-lo em prática no governo municipal.

Portanto, o objetivo geral é elaborar uma proposta para ações voltadas ao desenvolvimento econômico do município de Itapetininga-SP.

1.2.2. Objetivos Específicos

Para alcançar este objetivo, traçam-se os seguintes objetivos específicos:

Identificar os Instrumentos para uma Gestão Estratégica;

Demonstrar a função de um projeto;

Apresentar ações que possam expandir o PIB do município.

2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE GESTÃO PÚBLICA

Plano de Desenvolvimento Local, ou Planejamento Estratégico Governamental, ou ainda um Plano de Governo:

“Partindo da suposição que nunca será possível tratar todos os problemas existentes ao mesmo tempo, e com a mesma intensidade, uma análise pode mostrar que medidas têm caráter estratégico, ou seja, de questões fundamentais afetam uma organização ou um município [...] Isso significa que estratégia sempre tem a ver com opções, seleções e decisões. Essas decisões são em favor de uma ou mais opções, e, com isso, necessariamente contra outras.”
(PFEIFFER, 2000, p.12).

O plano de governo nada mais é que um planejamento estratégico governamental, hoje mais conhecido como PEG (SERRA, 2008) de acordo com Dagnino (2009), é a disciplina fruto de um processo iniciado na década de 90 visando à criação de uma escola de governo juntando a análise de políticas de inovação junto ao planejamento estratégico situacional e a gestão estratégica pública; com a proposta de atender ao desenvolvimento alternativo próximo ao Estado Necessário num maior contexto de gestão pública abrangendo a elaboração das políticas públicas, particularidades e perspectivas de mudanças, processos de construção democrática, com problemas contemporâneos, dificuldades, o PEG deverá se desenvolver através de manobras criadas. Um dos métodos adotados pelo PEG é a criação de indicadores e a elaboração de diagnósticos socioeconômicos que são de fundamental importância para o gestor fazer um planejamento estratégico governamental focado, de modo que é necessário ter informações concretas da atual situação, e para isso, usam-se indicadores. Com eles é feita análise de onde e como atuar, elaborando os diagnósticos socioeconômicos.

São comuns líderes populares e sindicais, a imprensa, se utilizarem de indicadores para avaliar os avanços ou retrocessos, das condições de vida da população e das oportunidades de empregos. Nas áreas fundamentais, que os indicadores e a elaboração de diagnósticos socioeconômicos, necessitam de uma atenção profunda para maior compreensão de temas como desemprego, pobreza, desenvolvimento econômico local, impactos ambientais. Sendo assim, (1980 apud MINTZBERG; QUINN, 2001, p. 58) definição de estratégia é:

[...] padrão de decisões em uma empresa que determina e revela seus objetivos, propósitos ou metas, produz as principais políticas e planos para a obtenção dessas metas, e define a escala de negócios em que a empresa deve se envolver, o tipo de organização econômica e humana que pretende ser e a natureza da contribuição econômica e não-econômica que pretende proporcionar a seus acionistas, funcionários e comunidades.

Com um plano de governo os gestores podem priorizar as necessidades do município, sem perder o foco e melhor administrando os recursos disponíveis. Um exemplo é o planejamento orçamentário conhecido como Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, onde estão integrados três instrumentos de planejamento o Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Lei de Orçamento Anual – LOA, e segundo (VAINER, 2006) os gestores podem elaborar o período todo da gestão, os projetos e ações a serem executados dentro do orçamento e prazo estipulados.

O PPA é fundamental, pois é um dos principais instrumentos de gestão pública que conterá as estratégias a serem adotadas nos próximos quatro anos, para atender as necessidades da população local. Com a Lei de Responsabilidade Fiscal, os municípios são obrigados a regulamentar e segui-la. Ante a elaboração do orçamento municipal são realizadas audiências públicas afim da população local, sindicatos, instituições de classe, conselhos municipais apresentarem seus projetos e necessidades para que possam ser estudados e incluídos no orçamento, aplicando-se então a gestão democrática e participativa.

No PPA são estabelecidas as diretrizes estratégicas, programas e investimentos, com base nas receitas e despesas projetadas no (LOA) seguindo as metas e prioridades da (LDO). São grandes os desafios dos municípios para executarem todas as políticas públicas focando na qualidade de vida das pessoas.

Baseado na Lei Orgânica do Município de Itapetininga esta previsto no *Capítulo III, Seção VI, das atribuições do Prefeito, artigo 73, inciso VI*, que privativamente compete ao prefeito enviar à Câmara Municipal o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual, nos prazos previstos no § 6º do artigo 140 (NR dada pela Emenda nº 23, de 22 de novembro de 2010) desta mesma lei, conforme segue:

“...Art. 140. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais suplementares e especiais serão apreciados pela Câmara Municipal, na forma do Regimento Interno...”

“...§ 6º A remessa dos projetos especificados no art. 134, desta Lei Orgânica, deverá obedecer aos seguintes prazos:

- a) o Plano Plurianual: até o dia 15 de abril, com vigência quadrienal a partir do exercício seguinte, devendo ser apreciado e devolvido para sanção até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa. (NR dada pela Emenda nº 23, de 22 de novembro de 2010)
- b) Diretrizes Orçamentárias: até o dia 15 de abril, devendo ser aprovado e devolvido para sanção, até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa; (NR dada pela Emenda nº 23, de 22 de novembro de 2010)

c) Orçamento Anual: até o dia 30 de agosto, devendo ser apreciado e devolvido até o encerramento da sessão legislativa anual. (NR dada pela Emenda nº 23, de 22 de novembro de 2010)..."

Para um bom Plano de Desenvolvimento Local, ou Planejamento Estratégico Governamental, ou ainda um Plano de Governo, é necessário iniciar as pesquisas de como está a atual realidade do município, logo, fazer a projeção do seu crescimento e desenvolvimento. Segundo pesquisas (2009) do CAGED e do SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, os microempreendedores individuais (MEI), micro e pequenos empresários (MPE), agricultores familiares e pequenos produtores rurais, formam a base da economia municipal, pois representam 99% dos estabelecimentos formais e nos últimos 10 anos geraram 83,5% dos empregos e são responsáveis pelas receitas próprias do município. Por isso é necessário investir nelas, porque promove a inclusão social, geração de empregos e aumento de arrecadação.

Conforme (BARRETO; SIPPEL; GRISA; RENDE, 2011, p.18) o SEBRAE propõe 07 programas para a promoção do desenvolvimento e fortalecimento da economia local: compras governamentais, legalização de negócios e apoio ao MEI, agente de desenvolvimento, fomento dos pequenos negócios, apoio ao desenvolvimento rural, educação empreendedora e profissional, promoção das oportunidades e identidade local. Programas estes, que serão previstos no PPA para quando na execução, realizados de forma organizada e segura, onde podemos ter uma visão ampla do desenvolvimento, dos projetos e suas ações.

2.1. Ferramentas da Qualidade para Planejamento Estratégico

2.1.1. Projetos

Pode-se dizer que é um empreendimento temporário desenvolvido para criar um produto, serviço ou resultado único, exclusivo. NUNES (2010). A natureza temporária dos projetos indica que eles têm um início e um fim bem definidos. O fim é alcançado quando os objetivos do projeto foram atendidos ou quando o projeto é finalizado em virtude de que seus objetivos não podem ser alcançados, ou quando a necessidade do projeto não existe mais. Outra definição de projeto de acordo com a (ISO 10.006-1997), é um processo único, que consiste em um grupo de atividades coordenadas e controladas com datas para início e

término, empreendido para alcançar um objetivo conforme requisitos específicos, incluindo limitações de tempo, custo e recursos.

2.1.2. Atributos dos Projetos

Para CARVALHO (2010), os projetos podem ser: Temporário, pois os projetos são finitos, todos têm um começo e um fim definidos; Exclusivo ou único, pois os produtos e serviços são diferentes de alguma forma dos anteriormente feitos; Progressivamente elaborados, com características peculiares, distintas, significando: “proceder por etapas/fases” e “trabalhadas com cuidado e detalhe”; Com um propósito, todos os projetos servem para fazer algo, é esperado um conjunto de resultados (produtos ou serviços), que atendam ao propósito; São interdependentes, pois podem interagir com todas as operações das organizações envolvidas e também com outros projetos, pois os resultados produzidos são na maioria das vezes usados em outros projetos ou por atividades rotineiras, assumidas após a entrega do projeto; Podem ocorrer conflitos, projetos compartilham recursos com outras áreas, conflitando com outros projetos ou atividades rotineiras, então competem com outros departamentos funcionais e entre si por recursos humanos e materiais.

2.1.3. Gerenciamento de Projeto

O gerenciamento de qualquer projeto depende da aplicação do conhecimento, das habilidades, ferramentas e técnicas às atividades do projeto para atender os requisitos do projeto.

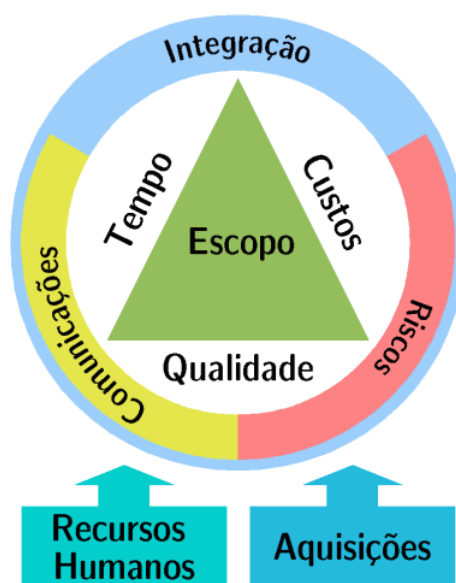
2.1.4. Área do gerenciamento de Projeto

O gerenciamento é feito pela: Integração, Escopo, Tempo, Custo, Qualidade, Recursos Humanos, Comunicações, Riscos, Aquisições.

Este é o objetivo final do projeto, principalmente, o que se atenta a tríplice restrição composta pelo simples gerenciamento conforme (CARVALHO, 2010):

- ✓ ESCOPO: Possuir objetivo e requisitos claramente definidos;
- ✓ CUSTO: Obedecer ao orçamento aprovado;
- ✓ TEMPO: Ser concluídas em prazo especificado.

2.1.5. Figura 1 – Tríplice Restrição



Fonte: NUNES (2010).

“Existem três níveis de planejamento: o planejamento estratégico, que é genérico, sintético e abrangente, projetado para longo prazo e que abrange a organização como um todo; o planejamento tático, que é menos genérico e mais detalhado, projetado para o médio prazo e que aborda cada unidade da organização separadamente; e o planejamento operacional, detalhado, específico e analítico, projetado para curto prazo e que orienta tarefas” (SILVA, 2005, p. 13).

2.1.6. Processo de Projeto

O processo de projeto é composto por um início, um planejamento, execução, monitoramento e controle, e logo o encerramento.

Na Iniciação é desenvolvido o termo de abertura, identificando as partes interessadas como o executor e o investidor/parceiro;

No Planejamento é criado o plano de gerenciamento do projeto.

Para CHIAVENATO (2003) no planejamento de uma gestão bem sucedida, é necessária uma ordem e um pré-estudo para saber se o projeto a ser desenvolvido terá fundamento, ou seja, uma utilidade real, para o qual foi projetado. Usando de ferramentas, técnicas, do conhecimento, habilidade para atender os requisitos do projeto, verificando os pontos estratégicos, fortes e fracos, onde focaremos, podemos ser bem sucedidos ou não, mas sempre criando planos táticos e de contingência, caso necessário.

“Planejamento é processo de busca de equilíbrio entre meios e fins, entre recursos e objetivos, visando ao melhor funcionamento de empresas, instituições, setores de trabalho, organizações grupais e outras atividades humanas. O ato de planejar é sempre processo de reflexão, de tomada de decisão sobre a ação; processo de

previsão de necessidades e racionalização de emprego de meios [materiais] e recursos [humanos] disponíveis, visando à concretização de objetivos, em prazos determinados e etapas definidas, a partir dos resultados das avaliações.” (PADILHA, 2001, p. 30).

2.1.7. Análise S.W.O.T.

Uma das ferramentas para análise é a S.W.O.T. que é muito importante, e às vezes necessário, reconsiderar as estratégias de negócio, ou de projeto para avaliar a posição e prospectos dos produtos, dos projetos ou da empresa em relação ao mercado, pois uma organização deve se adaptar ao ambiente externo. É necessário analisar novas ideias e definir novas propostas, é preciso analisar o cenário atual do mercado e o da própria empresa, detectando pontos fortes e fracos e também as oportunidades e ameaças para conseguir estar em posição vantajosa em relação aos concorrentes.

A Análise S.W.O.T. é uma ferramenta utilizada na análise de cenários, ou seja, analisa ambientes internos e externos da empresa, sendo usada como base para gestão e planejamento estratégico. Na gestão municipal é um sistema simples para verificar as estratégias (parceiros e recursos) e também para posicionar no ambiente em questão.

O termo S.W.O.T. é uma sigla que vem da língua inglesa que significa S (strengths = forças) W (weaknesses = fraquezas) – analisadas no ambiente interno – e O (opportunities = oportunidades) T (threats = ameaças) – analisadas no ambiente externo.

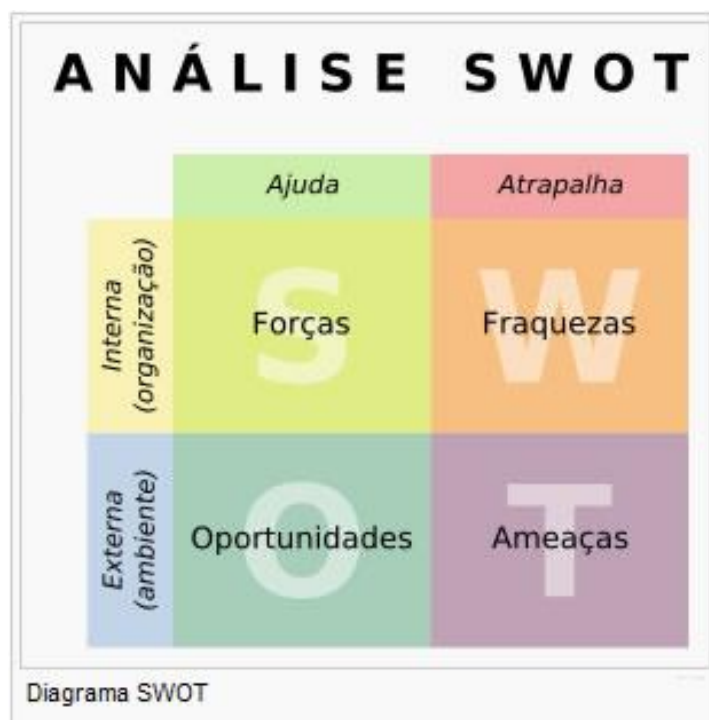
O que torna a análise S.W.O.T. interessante é que, ao identificar as forças da empresa, privada ou pública, pode descobrir as oportunidades de mercado que a mesma está preparada para aproveitar, bem como a vocação do município, criando oportunidades por meio dela. E identificando as fraquezas, é possível se preparar de maneira proativa para ameaças do mercado, ou das necessidades da população e a falta de recursos próprios.

NAKAGAWA (2012) Uma das grandes vantagens da aplicação da análise S.W.O.T. é que permite realizar uma previsão de vendas em articulação com as condições de mercado e capacidades da empresa. Outra vantagem é que, com uma leitura mais transparente do mercado, é possível tomar uma decisão balanceada.

Alguns exemplos para aplicação da análise S.W.O.T.: posição da empresa no mercado, uma ideia de negócio, estratégias para penetrar em um novo mercado, oportunidade de expansão do negócio.

Observando a figura abaixo, uma análise S.W.O.T. clássica é parecida com uma tabela feita de células, onde se elencam os pontos fortes e fracos do ambiente interno, bem como as oportunidades e ameaças do ambiente externo.

2.1.8. Figura 2 – Quadro demonstrativo da análise S.W.O.T.



Fonte: Kenneth Corrêa (2007)

<<http://pt.slideshare.net/kenauum/planejamento-estrategico-orientado-para-resultados>>
Acessado em 18 dez. 2013.

Depois de preencher a tabela e feita a comparação entre os pontos fortes e fracos junto com as oportunidades e ameaças, a análise S.W.O.T. permitirá responder algumas questões importantes como:

- ✓ Utilizando meus pontos fortes, como posso tirar vantagem das novas oportunidades? (Exemplo: Pelo PIB agrícola maior do estado, Itapetininga tende a ter vocação nesta área, portanto uma oportunidade para o desenvolvimento econômico focado nisto)
- ✓ Quais os pontos fortes que posso utilizar para neutralizar as ameaças? (ex.: Criar uma Lei que assegure a execução do projeto a bem de interesse da população do município)
- ✓ Quais ameaças devo temer mais? (ex.: interesse político, do poder público, em dar continuidade do projeto em gestões posteriores do início do projeto)

✓ Quais os principais pontos fracos que devo melhorar? (ex.: na administração pública, após análise do plano de ações do estudo de caso, conclui-se que com a escassez de recursos, deve-se aumentar parcerias com empresas privadas e geração de recursos humanos voluntários.)

2.1.9. 5 W. 2 H.

No momento da execução do projeto, o plano tático depende de ações corretas e descritas minuciosamente para que sejam eficientes e eficazes passando por todas as fases do projeto realizando o planejado e atingindo as metas estabelecidas no programado. Para isso, no Plano de Ação, podemos utilizar a ferramenta 5W2H, uma simples ferramenta e prática, da qual aplicamos repetidamente perguntas para obter as respostas e conseqüentemente visualizar a ação a ser tomada. Segundo Azevedo (2013) esta técnica, é bastante usada na área da Qualidade Total e no Gerenciamento de Projetos. De origem antiga, consiste de maneira breve, descrever um procedimento e detalhar uma estratégia para minuciosamente executá-la.

No entanto, apesar do modelo 5W2H já possuir um amplo uso, a maioria das pessoas o aplica apenas para uma visão geral de um problema, usando outras ferramentas descritivas para esmiuçar o plano. Com a ferramenta 5W2H podemos elaborar um Plano de Ação Geral em uma visão macro, e logo o plano de ação descritivo, que detalha em etapas cada Ação do Plano Geral em forma micro. A reflexão é ampliada podemos ver o detalhamento do processo à medida que repetimos as perguntas em cada etapa do processo. Conforme as perguntas que seguem, segundo Azevedo (2013):

META - What? (O quê?)

Qual é o seu objetivo? O que pretende fazer?

Como descrever o melhor que pode obter nesta situação?

SEQUÊNCIA - When? (Quando?)

Quais as primeiras e importantes ações necessárias? Como se seguem umas as outras?

São proativas ou dependem de outras fora do seu controle?

ETAPAS - How? (Como?)

Como pode iniciar, mensurar e ativar as ações necessárias e também em soluções de contingência (no caso de obstáculos)?

AMBIENTE - Where? (Onde?)

Em que situações / contextos e momentos (não necessariamente lugares, mas toda uma situação) pode descrever-se agindo ou obtendo o que quer? O que vai sinalizar que é o momento de agir assim?

RELAÇÕES - Who? (Quem?)

Quem está envolvido ou responsável em cada ação? Quem deve ser avisado?

CUSTO - How much? (Quanto?)

Quanto vai custar em tempo, esforço, dinheiro, conhecimento e preparação psicológica, motivacional e de negociação, tanto pessoal quanto de grupo?

PROPÓSITO - Why? (Porque e Para que?)

Qual é a razão que impulsiona esta ação? O que vai conseguir de retorno? Como está alinhada à estratégia geral e sua importância? E à sua visão futura de carreira ou da organização? Faz parte de sua missão? É essencial e significativa? Vale a pena?

No Monitoramento e Controle para garantir a continuidade do projeto é preciso ter ordem e qualidade, para isso temos que manter um controle. Portanto, é necessário um plano que garanta a qualidade das ações executadas. E este pode ser feito através de ferramentas administrativas como BSC e PDCA, sendo assim, segue a forma correta de como utilizá-las.

2.1.10. Balanced Scorecard – BSC

É um indicador de medição de desempenho de relação causa-efeito, organizado por quatro perspectivas conforme segue o exemplo da tabela:

2.1.11. Tabela 1 – Comparativo das perspectivas do BSC de um projeto na visão Privada

<i>Perspectivas</i>	Mapa da estratégia	Objetivos Estratégicos	Indicadores	Metas	Ações
<i>Financeira</i>	Lucros Receitas	Crescimento do Negócio Participação no Mercado	Lucro operacional Crescimento do negócio	Aumento de 20% no lucro Aumento de 12% no faturamento	Aumento dos pontos de vendas Expansão do crédito
<i>Clientes</i>	Qualidade do Produto	Satisfação do cliente Fidelização do cliente	% de retenção de clientes % satisfação de clientes Crescimento vendas/ano	Aumento de 50% na retenção Aumento de 15% na satisfação Aumento de 12% nas vendas	Intensificação da propaganda Ampliação de vendedores Implantação do atendimento ao cliente
<i>Processos Internos</i>	Excelência na Produção	Melhoria da qualidade da fabricação Maior eficiência	% de produtos fabricados sem defeitos	Melhoria de 30% na qualidade Aumento de 10% na eficiência	Programa de qualidade total Programa de produtividade
<i>Aprendizado e Crescimento</i>	Competências Pessoais Capacitação das Pessoas	Treinar e equipar o pessoal Maior motivação do pessoal	Produtividade do pessoal Melhoria do clima organizacional	Aumento de 10% na produtividade Melhoria do clima organizacional	Implantação da Universidade Corporativa Aumento do treinamento

Na visão de KAPLAN (1996) há perspectivas Financeira: resultados financeiros tradicionais, esperados da estratégia (ex.: aumentar o desempenho financeiro);

Clientes: proposição de valor para o cliente (ex.: melhorar o atendimento aos clientes, implantar sistema de relacionamento com clientes);

Processos Internos: processos críticos para a geração de valor para o cliente (ex.: melhorar os processos internos, implantar novas tecnologias);

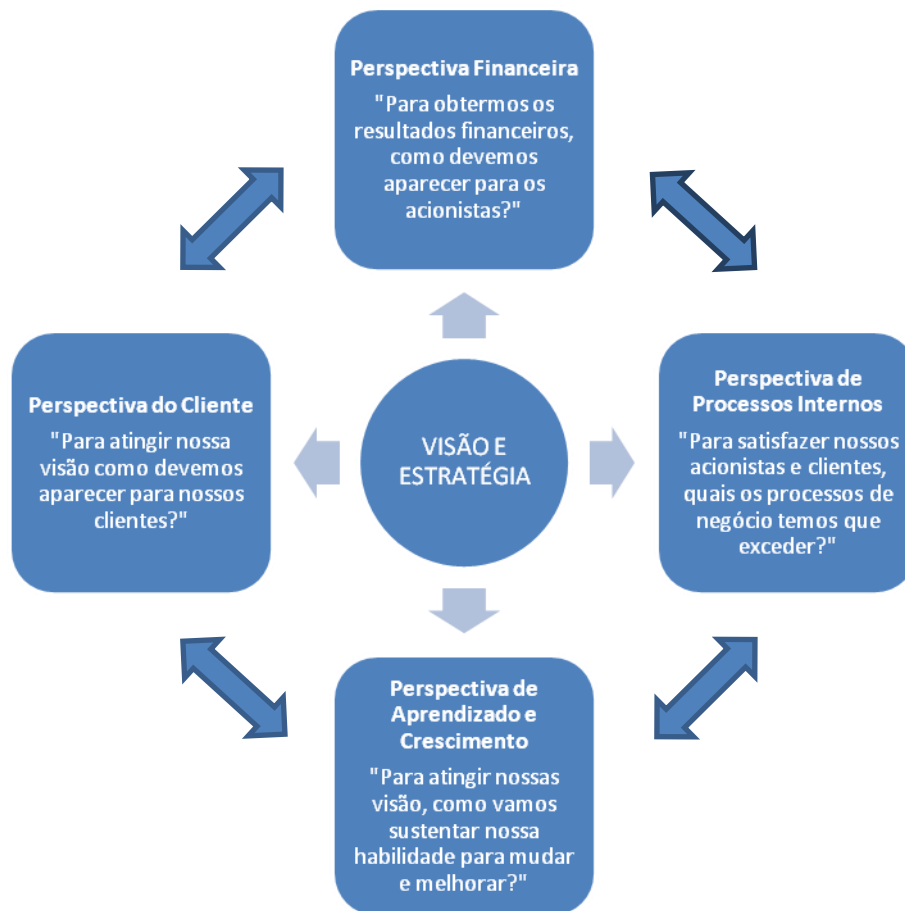
Aprendizado e Crescimento: ativos intangíveis que são críticos para os processos internos e para a geração de valor para o cliente (ex.: Assegurar treinamento e capacitação para a força de trabalho).

Tabela 2 – Comparativo das perspectivas do BSC de um projeto na visão Pública

<i>Perspectivas</i>	Mapa da estratégia	Objetivos Estratégicos	Indicadores	Metas	Ações
<i>Financeira</i>	Aumento PIB Receitas	Crescimento do Município Participação no Mercado	PIB municipal IDH	Aumento de 20% no PIB Aumento de 12% no IDH	Aumento de pessoas atendidas Expansão dos projetos
<i>População</i>	Qualidade de Vida	Satisfação da população	% da população beneficiada % satisfação da população Crescimento	Aumento de 50% da pop. beneficiada Aumento de 15% na satisfação Aumento de 12% no cresc.	Aumento dos recursos humanos Aumento de parcerias Implantação do atendimento a população
<i>Processos Internos</i>	Excelência na Produção	Melhoria da qualidade dos produtos Maior Eficiência	% de produtos colhidos ou fabricados	Melhoria de 30% na qualidade Aumento de 10% na eficiência	Programa de qualidade total Programa de produtividade
<i>Aprendizado e Crescimento</i>	Competências Pessoais Capacitação das Pessoas	Treinar e equipar o pessoal Maior motivação do pessoal	Produtividade do pessoal Melhoria do bem estar social	Aumento de 10% na produtividade Melhoria do bem estar social	Implantação da Universidade Corporativa Aumento do treinamento

O BSC reflete o balanço entre objetivos de curto e longo prazo com perspectivas internas e externas de desempenho. Possui um sistema de alinhamento e desdobramento da gestão estratégica de uma empresa, onde através dele, podem ser criados mapas estratégicos, destacando os Objetivos, Medições, Metas e Iniciativas nas quatro perspectivas conforme a figura 1 abaixo.

Figura 3 - Quatro perspectivas



Baseado no Modelo do BSC de Kaplan & Norton (1996)

2.1.12. P.D.C.A.

É um ciclo que envolve quatro etapas: Plan, Do, Check e Act que corresponde a planejar, fazer, verificar e agir. Esta ferramenta auxilia no processo de implantação de melhorias, controlando-o e dando diretrizes para conduzir o projeto ou processo. Também utilizada para testar e obter informações de um processo antes da implantação de melhorias.

PLAN: Planejar, definimos os objetivos respondendo conforme as perguntas do 5W2H vistos anteriormente.

DO: Fazer, executaremos e conduziremos conforme o planejado na etapa anterior.

CHECK: Verificar, coletaremos dados e analisaremos para depois verificar as conclusões.

ACT: Agir, de forma correta baseado nos dados coletados e nas conclusões será definido as mudanças necessárias para um novo ciclo e veremos a melhoria do processo.

Segundo Godoy (2010) as mudanças são classificadas em dois tipos:

- ✓ Reversíveis: podemos desfazer e voltar ao estágio inicial. (ex.: alteração de procedimento, de formulações, etc.)
- ✓ Irreversíveis: são aquelas que depois de implantadas, não poderão voltar ao estágio inicial. (ex.: alteração de equipamentos no processo, reestruturação organizacionais, etc.)

2.1.13. Os projetos são infalíveis? Por que os projetos falham?

Um estudo do Standish Group International, feito por RABECHINI (2007), quanto a projetos de desenvolvimento de sistemas, pesquisa realizada em um universo de 8300 projetos em 365 empresas, em que 31% dos projetos são cancelados antes do término; 88% ultrapassam o prazo, o custo ou ambos; 94% param e são recomeçados, por problemas na definição do escopo.

Para MINTZBERG (2000) os motivos das falhas normalmente são as metas e objetivos mal estabelecidos; muitas atividades e pouco tempo para realizá-las; Informações insuficientes, inadequadas ou preliminares; tempo insuficiente para o planejamento; os produtos finais não estavam bem definidos; os cronogramas não são realistas; faltam padrões de trabalho, falta apoio executivo; há competição com a rotina, as estruturas estão mal definidas; o planejamento e orçamentos são insuficientes; falta participação da equipe na tomada de decisões, o projeto é baseado na intuição dos envolvidos; falta definir papéis e responsabilidades; falta de foco na execução; há conflitos exagerados, pois não há mapeamento dos processos e stakeholders envolvidos.

Um projeto terá sucesso segundo (RABECHINI, 2007) quando atinge ou supera as expectativas de seus principais stakeholders, ou seja, as partes interessadas como os patrocinadores: que são os investidores, diretores, supervisores de alta gerência, clientes (externos e internos); participantes como gerente de equipe do projeto, fornecedores, empreiteiros, especialistas, agências reguladoras; e externos como ambientalistas, líderes de comunidades, mídia, familiares dos integrantes do Projeto.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo de caso será realizado na cidade de Itapetininga/SP, levando-se em consideração dados obtidos principalmente junto à Prefeitura do Município ao longo do período 2010-2016. Onde serão implantados novos projetos e retomados alguns existentes, mas que ao longo do tempo foram se desintegrando pela falta de recursos humanos e financeiros. Procurando melhor desenvolver o agrobusiness, o município procura integrar os seus 07 distritos e os pequenos produtores, melhorando a qualidade produtiva e competitiva do mercado em um período inicial de 4 anos (2014-2017) dentro da programação orçamentária do município.

Para o planejamento dos projetos e ações, descritas minuciosamente, foram realizadas pesquisas qualitativa e explicativa de como se encontra a atual produção agrícola do município com base em fontes de pesquisa seguras como o IBGE, e desta forma, aprofundando o conhecimento da realidade, identificamos e projetamos ações futuras que contribuam para a melhoria do crescimento e desenvolvimento do setor agrícola.

O tipo de estudo realizado foi no grupo das Micro e Pequenas Empresas, os microempreendedores individuais (MEI), micro e pequenos empresários (MPE), agricultores familiares e pequenos produtores rurais, pois para as ações existentes, foi utilizado o tipo de pesquisa nas áreas agrícolas mais desenvolvidas no Município de Itapetininga, analisando como as ações se encontram hoje, como estão sendo executadas. Esta pesquisa foi feita por um padrão de perguntas pré-estabelecidas no PDCA, 5W2H e SWOT visando metas a serem atingidas dentro de um cronograma.

De acordo com os conceitos de LAKATOS (1996) este estudo foi feito através de pesquisa documental, bibliográfica, por meio de fontes primárias em arquivos públicos por meio de documentos oficiais como a Lei Federal de Responsabilidade Fiscal, Lei Orgânica do Município de Itapetininga. Foram utilizadas pesquisas realizadas por fontes censitária através do órgão como IBGE, os dados coletados foram de fatores econômicos, sobre o Produto Interno Bruto, crescimento das micro e pequenas empresas.

E fontes particulares por meio de um arquivo de fotos dos projetos que estavam sendo realizados.

Também foram utilizadas fontes bibliográficas do tipo publicações em livros, monografias.

Após a coleta dos dados, foi analisado cuidadosamente o tamanho do município em extensão territorial, número de habitantes, atual posição na produção agrícola, as áreas urbanas e rurais, para dimensionar o projeto. Quantidade de distritos, número de produtores rurais, de micro e pequenas empresas cadastradas no município. Após levantar os números, foram verificados os projetos existentes, em execução, os estagnados, para que fossem melhor elaborados, e se necessário alterados as falhas existentes, identificadas através de relatos dos beneficiados e de leis municipais existentes. Também a possibilidade da implantação de novos projetos para que todos munícipes empresários fossem atendidos abrangendo os distritos. Logo, foram definidas as metas e objetivos pretendidos, dentro de um cronograma, medial de 4 anos, e também os recursos humanos e financeiros, dentro do que o município possui disponível, e do que poderia gerir, sendo adquirido através de parcerias e do planejamento orçamentário municipal. Portanto, o conjunto de técnicas utilizadas para analisar os dados foi de uma seleção cuidadosa, suficientes para a realização da pesquisa. As ações sendo codificadas como: Existente, Complementar e Inovadora; sendo separadas e complementadas com novas ações incorporadas nos projetos, tabeladas de forma comparativa para melhor compreensão e interpretação rápida do leitor.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

O conjunto de ações propostas, apesar de sua abrangência, tem como meta o desenvolvimento das cadeias produtivas do Agronegócio em nosso município, e devem ser desenvolvidas de forma integrada, com a implantação das políticas públicas descritas, com planejamento de mercado e logística, observando ainda, a necessidade de fixação do homem no campo.

Diante disto, destacamos como metas deste projeto, a melhoria do ambiente legal, o apoio aos empreendedores, o fomento a educação e a inovação em agronegócios, além do apoio ao cooperativismo e à comercialização dos produtos, visando o bem estar da população através do Agronegócio.

Destacamos ainda, a melhoria da situação socioeconômica do Setor Agroindustrial, além da valorização da Agricultura Familiar e da Pecuária Leiteira, gerando melhores condições de trabalho, aumentando a renda do pequeno produtor rural.

Aproveitando a vocação do Município de Itapetininga/SP para facilitar seu crescimento e desenvolvimento econômico. Procuramos levantar informações constantes em um Plano de governo, identificar potencialidades a desenvolver no município, através de um Planejamento Estratégico, demonstrar a forma de fornecer subsídios aos elaboradores de políticas públicas de desenvolvimento do município por meio da Lei de Responsabilidade Fiscal (PPA, LDO, LOA). Identificar os atributos, gerenciamento, área do gerenciamento, identificar o processo dentro do projeto e as principais ferramentas de análise estratégica mantendo o ritmo e qualidade das ações do projeto como: Iniciação, Planejamento (SWOT), Execução (Plano de ação, 5W2H), Monitoramento e Controle (BSC e PDCA) e Encerramento. Verificando ainda se os projetos são infalíveis? E por que os projetos falham?

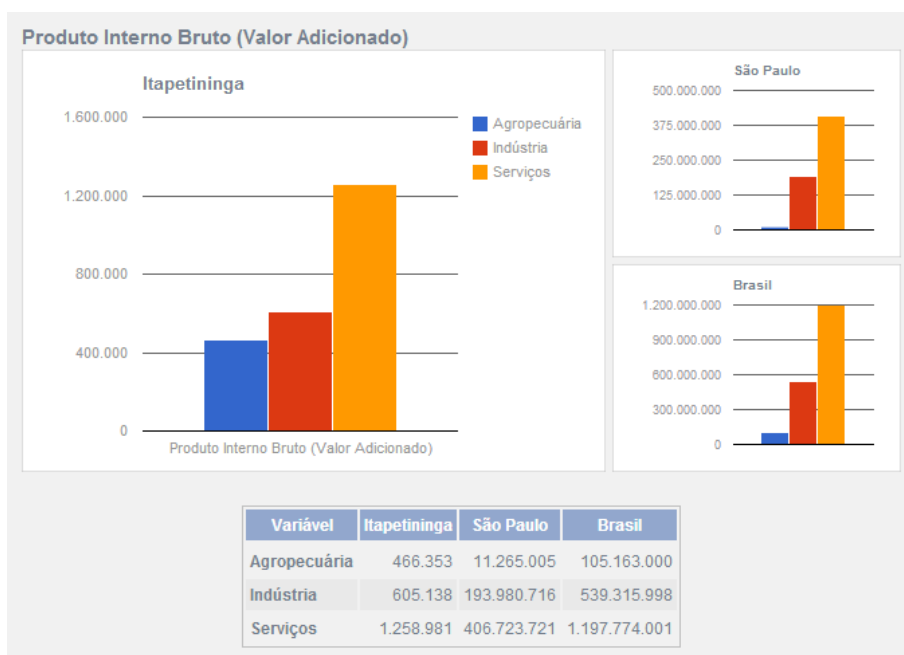
Iniciando com uma análise S.W.O.T., apostamos na vocação do Município de Itapetininga, apontado como o maior centro de produção agropecuária do Estado de São Paulo pela diversidade de sua produção e pela extensão territorial.

4.1. Tabela 3 – Análise S.W.O.T.

ANÁLISE SWOT - MUNICÍPIO DE ITAPETININGA/SP		
	<i>AJUDA</i>	<i>ATRAPALHA</i>
<i>INTERNA (ORGANIZAÇÃO)</i>	<p>Maior PIB agrícola do Estado</p>	<p>Interesse Político do Poder Público</p>
<i>EXTERNA (AMBIENTE)</i>	<p>Aumento de Parcerias para adquirir recursos</p>	<p>Falta de Lei que assegure execução do projeto</p>

De acordo com o Censo (2010), pesquisa do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o município é detentor do maior PIB - Produto Interno Bruto Agrícola do Estado de São Paulo.

4.2. Figura 4 – Gráfico Comparativo do PIB



Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010).

Importante destacar que, o crescimento do setor agropecuário fez o município de Itapetininga, conforme pesquisa do IBGE, saltar da 38ª colocação do PIB Agrícola Nacional, para a 20ª posição no ano de 2010, segundo JUSBRASIL, (2013, p.01) alcançando a 07ª colocação no Ranking Nacional no ano de 2012, ou seja, entre os dez maiores do Brasil.

A economia do Município cresceu 9,5 % no último ano, três vezes mais que a expectativa do país, confirmado que o número alcançado é maior que a meta nacional, e superior a todas as cidades da Região.

Desta forma, Itapetininga conquistou mais uma vez, posição de destaque no setor de Agronegócios, atraindo novos investimentos na pecuária leiteira, diversificando sua produção Agrícola, gerando empregos no campo, aumentando a renda per capita, incentivando a educação com a criação de cursos profissionalizantes, técnicos e superiores, todos voltados ao Agronegócio.

Diante do exposto, a proposta do Município de Itapetininga é valorizar o Empreendedorismo em Agronegócios, unificando ações e programas em um projeto elaborado para atender nossos empreendedores rurais.

Apesar de o município de Itapetininga ser apontado como o maior centro de produção agropecuária e possuir o maior PIB agrícola do estado de SP, o município possui alguns projetos iniciados como: Patrulha agrícola, Cooperativa de leite, Hortaliçmento, Agricultura familiar, que não estão sendo executados da forma proposta inicialmente. Há falta de atualização das leis regentes, atualização das unidades de cobranças de impostos de acordo com índices correntes, recursos humanos e financeiros, um conselho para fiscalizar, acompanhar o andamento destes projetos procurando atender as necessidades que surgem. A falta de pessoal capacitado para orientação dos pequenos empreendedores em relação aos processos produtivos e gestão administrativa é um problema que se revertido pode alterar o PIB aumentando a qualidade e produção agrícola. É necessário reformular contratos e convênios, e/ou de imediato, se necessário, reincidir para solucionar e evitar problemas. Para continuidade e retorno dos projetos, faltam apoio e parcerias. Dessas dificuldades analisadas, com os novos investidores parceiros como Castrolanda/Batavo que estão se instalando no município de Itapetininga, vemos a oportunidade de fomentar novos projetos e também os já existentes.

5. ESTUDO DE CASO

5.1. Proposta de ações para a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do Município de Itapetininga/SP

Diante das metas estabelecidas no projeto, distribuimos as ações de acordo com a finalidade dos projetos e programas, distinguindo desta forma os seguintes objetivos: melhoria do ambiente legal, o apoio aos empreendedores, o fomento a educação e a inovação em agronegócios, além do apoio ao cooperativismo e à comercialização dos produtos, visando o bem estar da população através do Agronegócio.

Além disto, destacamos em cada uma das ações e programas do Agronegócio, conforme estudo do CEPEA (2011) o desenvolvimento das cadeias produtivas. Desta forma, segmentamos nos seguintes objetivos: políticas públicas municipais, acesso ao mercado, apoio logístico e fixação do homem no campo.

Todas as ações e programas já existentes e ativos no Município foram levantados, sendo analisados os resultados obtidos, confrontando com potencial de Itapetininga no setor de Agronegócios, para desenvolvermos novas propostas, que irão aprimorar e complementar o trabalho que já vinha sendo desenvolvido de forma descentralizada nos últimos anos.

As ações e programas implantados¹, tais como a Patrulha Agrícola, Agricultura Familiar, Horta Comunitária, Mini Usina de Leite e o Galpão de Agronegócios, não alcançaram seus objetivos² e deverão ser reformulados e ampliados para melhorar o desempenho, visando atingir os objetivos de forma integrada.

Algumas ações complementares deverão ser incorporadas as já existentes, para maior eficiência entre elas, o Central de Abastecimento – CEASA, o Banco de Alimentos, a Mini Usina de Leite, a Expansão da Bacia Leiteira, o Turismo Local, a Incubadora de Agronegócios, o Poupatempo Rural, Acessa São Paulo Rural, os Silos Municipais e a Moradia Rural.

Importante consignar que, as ações inovadoras, além de uma iniciativa pioneira do Município de Itapetininga, serão os meios fundamentais para o planejamento e a integração deste ambicioso projeto de desenvolvimento rural, entre as quais a Lei de Incentivo ao Empreendedor Rural, o Agente de Desenvolvimento Rural, o Centro de Atendimento ao Empreendedor Rural Itinerante e a Comissão de Empreendedorismo em Agronegócio.

¹ Apêndice B

² Apêndice C

5.2. Tabela 4 - Geral

AÇÕES	TIPO	META	OBJETIVO
LEI DE INCENTIVO AO EMPREENDEDOR RURAL	INOVADORA	MELHORIA DO AMBIENTE LEGAL	POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS
AGENTE DE DESENVOLVIMENTO RURAL	INOVADORA	APOIO AOS EMPREENDEDORES	POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS
CENTRO DE ATENDIMENTO AO EMPREENDEDOR RURAL ITINERANTE – CAERI	INOVADORA	APOIO AOS EMPREENDEDORES	POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS
COMISSÃO DE EMPREENDEDORISMO EM AGRONEGÓCIO	INOVADORA	MELHORIA DO AMBIENTE LEGAL	POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS
POUPA TEMPO RURAL	COMPLEMENTAR	APOIO AOS EMPREENDEDORES	POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS
ACESSA SÃO PAULO RURAL	COMPLEMENTAR	APOIO AOS EMPREENDEDORES	POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS
INCUBADORA DE AGRONEGÓCIO	COMPLEMENTAR	EDUCAÇÃO E INOVAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS	POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS
GALPÃO DE AGRONEGÓCIO	IMPLANTADO	EDUCAÇÃO E INOVAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS	POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS
HORTA COMUNITÁRIA	IMPLANTADO	BEM ESTAR DA POPULAÇÃO	ACESSO AO MERCADO
BANCO DE ALIMENTOS	COMPLEMENTAR	BEM ESTAR DA POPULAÇÃO	ACESSO AO MERCADO
COOPERATIVA DE LEITE – COPPRIR	IMPLANTADO	APOIO AO COOPERATIVISMO	ACESSO AO MERCADO
EXPANSÃO DA BACIA LEITEIRA	COMPLEMENTAR	APOIO AO COOPERATIVISMO	ACESSO AO MERCADO
TURISMO RURAL	COMPLEMENTAR	APOIO AOS EMPREENDEDORES	ACESSO AO MERCADO
AGRICULTURA FAMILIAR	IMPLANTADO	APOIO AO COOPERATIVISMO	ACESSO AO MERCADO
CENTRAL DE ABASTECIMENTO - CEASA	COMPLEMENTAR	APOIO A COMERCIALIZAÇÃO	ACESSO AO MERCADO
PATRULHA AGRÍCOLA	IMPLANTADO	APOIO AOS EMPREENDEDORES	APOIO LOGÍSTICO
SILOS MUNICIPAIS	COMPLEMENTAR	APOIO A COMERCIALIZAÇÃO	ACESSO AO MERCADO
MORADIA RURAL – PROGRAMA NACIONAL DE HABITAÇÃO RURAL (PNHR)	COMPLEMENTAR	APOIO AOS EMPREENDEDORES	FIXAÇÃO DO HOMEM NO CAMPO

5.3. AÇÕES

5.3.1. Lei de Incentivo ao Empreendedor Rural

Tipo	Inovadora
Meta	Melhoria do ambiente legal
Objetivo	Políticas Públicas Municipais
Órgão	Secretaria de Planejamento
Parceiros	SEBRAE

Esta Lei fixa diretrizes gerais da Política Municipal de incentivo à Agricultura Familiar e ao Empreendedorismo Rural. Constituem objetivos a serem observados na aplicação da política pública municipal de incentivo a agricultura familiar e ao empreendedor rural:

- fomentar o Empreendedorismo, o Cooperativismo e o Associativismo Rural no Município;
- desburocratização;
- incentivos fiscais baseados no manual de orientações para crescimento de receita própria Municipal segundo Khair e Vignoli (2001);
- sustentabilidade ambiental, social e econômica;
- equidade na aplicação das políticas, respeitando os aspectos de gênero, geração e etnia;
- apoio ao desenvolvimento e execução dos novos projetos;
- assistência técnica, jurídica e tributária;
- educação, capacitação e profissionalização.

Cabe ressaltar que, as ações compostas no Projeto de Empreendedorismo em Agronegócios, estão contidas no Projeto de Lei, e serão regulamentados mediante Decreto do Chefe do Executivo Municipal, ficando como responsável por sua efetiva implantação e execução as Secretarias Municipais, responsáveis pelas ações.

5.3.2. Agente de Desenvolvimento Rural

Tipo	Inovadora
Meta	Apoio Aos Empreendedores
Objetivo	Políticas Públicas Municipais
Órgão	Secretaria de Planejamento
Parceiros	SEBRAE, Sindicato Rural, Secretaria de Agricultura

Em conjunto com os parceiros, como o SEBRAE, Sindicato Rural, Secretaria de Agricultura, o agente de desenvolvimento rural, estará em posto, oferecendo suporte e acompanhando as famílias cadastradas nas ações e programas, atualizando o banco de dados, sempre visando aumentar a competitividade no mercado. Repassando, mediante eventos de capacitação, conteúdo técnico e gerencial aos produtores rurais, técnicos da extensão rural, às secretaria municipal de agricultura, aos representantes de Comissões Municipais de Empreendedorismo em Agronegócios e de Desenvolvimento Rural. Desta forma, os pequenos produtores rurais serão beneficiados pelo atendimento rápido e direto do Agente intermediário.

5.3.3. Centro de Atendimento ao Empreendedor Rural Itinerante - CAERI

Tipo	Inovadora
Meta	Apoio Aos Empreendedores
Objetivo	Políticas Públicas Municipais
Órgão	Secretaria de Planejamento
Parceiros	SEBRAE, Sindicato Rural, Secretaria de Planejamento

O Centro de Atendimento ao Empreendedor Rural Itinerante – CAERI, em parceria com o Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) e Sindicato Rural de Itapetininga visa oferecer aos empreendedores rurais, conhecimento: formação técnica e gerencial em empreendedorismo, negócios rurais e assessoria para elaboração e implantação de planos de negócios em seus bairros e distritos; auxílio ao crédito: os pequenos e médios agricultores do município terão acesso a novas linhas de crédito oferecidas, a intenção é alavancar o desenvolvimento do setor de agronegócios no município, valorizando principalmente os agricultores familiares parceiros dos programas sociais desenvolvidos pela Prefeitura. Serão linhas de crédito voltadas aos mini, pequenos, médios e grandes produtores rurais; redes colaborativas: apoio para formação de Arranjos Produtivos Locais – APL; associações, cooperativas e parcerias públicas privadas - PPP e TIC'S que é um centro com computadores conectados a internet e telefonia. Promovendo o investimento em tecnologia, inovações que fortalecem o campo. Dessa forma, o segmento ganhará mais qualidade, produtividade, tornando-se mais competitivo.

5.3.4. Comissão de Empreendedorismo em Agronegócios

Tipo	Inovadora
Meta	Melhoria do Ambiente Legal
Objetivo	Políticas Públicas Municipais
Órgão	Secretaria de Planejamento
Parceiros	Paritário

Composição paritária, órgão consultivo, que tem por finalidade propor e deliberar sobre diretrizes, planos, projetos e programas, bem como fiscalizar a execução desta política. Na composição e funcionamento da Comissão de Empreendedorismo caberá: Cada parceiro, entidade ou órgão deverá ser representado por um titular e um suplente, propor e participar da execução dos projetos e programas previstos nesta lei, acompanhar e avaliar a execução dos projetos e programas regulamentados, bem como recomendar as providências necessárias ao cumprimento dos respectivos objetivos, buscar apoio e apreciar as formas de apoio à implantação dos programas e projetos.

5.3.5. Poupatempo Rural

Tipo	Complementar
Meta	Apoio aos empreendedores
Objetivo	Políticas Públicas Municipais
Órgão	Secretaria de Gabinete
Parceiros	Governo do Estado de São Paulo

A Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA) do Estado de São Paulo criou um serviço de atendimento móvel para aproximar o produtor rural das novas tecnologias que podem tornar o seu trabalho mais fácil e mais produtivo. Mesmo os produtores mais experientes enfrentam dificuldades para ter acesso aos meios informáticos e obterem os serviços e informações que necessitam. O Poupatempo do Produtor Rural é a resposta em tempo real para todas as demandas do empresário rural. Cada Unidade Móvel PPR é um posto avançado de informação e prestação de serviços: como estão conectadas à internet, podem disponibilizar ao produtor local todos os serviços da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, de forma integrada, rápida e eficaz. O objetivo global dessa ação é

desenvolver alternativas rentáveis de produção, agregação de valor e de mudança tecnológica, de modo a incrementar a renda e a geração de emprego em cada região, via aumento de produtividade. Esse projeto de apoio e orientação ao produtor rural paulista vai ser realizado em parceria com municípios, cooperativas e associações rurais. O Poupatempo do Produtor Rural vai acelerar o processo de desenvolvimento regional.

5.3.6. Acessa São Paulo Rural

Tipo	Complementar
Meta	Apoio aos Empreendedores
Objetivo	Políticas Públicas Municipais
Órgão	Secretaria de Gabinete
Parceiros	Governo do Estado de São Paulo

O Governo do Estado de São Paulo instituiu, o Programa Acessa São Paulo, coordenado pela Secretaria de Gestão Pública, com gestão da Prodesp (Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo) A proposta é oferecer à população o acesso às novas tecnologias da informação e comunicação (TIC's), a fim de contribuir para o desenvolvimento social, cultural, intelectual e econômico dos cidadãos paulistas. Por intermédio do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp) – órgão vinculado à Secretaria de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania, que trabalha para promover a democratização do acesso a terra e o desenvolvimento humano, social e econômico de trabalhadores rurais sem-terra ou com pouca terra, quilombolas e posseiros, chegando aos assentamentos rurais. Os postos possibilitam acesso gratuito à internet para pessoas de todas as idades durante todo o dia. E ainda contam com impressora e atendimento capacitado para todos os usuários.

5.3.7. Incubadora de Agronegócio

Tipo	Complementar
Meta	Educação e Inovação em Agronegócio
Objetivo	Políticas Públicas Municipais
Órgão	Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento

Parceiros SEBRAE, Fatec

Em parceria com o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas) e a Faculdade de Tecnologia de Itapetininga “Prof. Antônio Belizandro Barbosa Rezende” (responsável pelo curso de Agronegócio) o Município de Itapetininga, decide criar a Incubadora de Agronegócio, pois, muitos setores produtivos conseguem defender seus interesses comuns pela associação de empresas, inclusive utilizando como instrumento as incubadoras. Essa estratégia permite uma aproximação física e temática da produção e da tecnologia das empresas com o mercado, proporcionando aumento de renda, geração de postos de trabalho e desenvolvimento local e regional. No entanto no setor agropecuário, base do agronegócio, a formação desses grupos ainda é incipiente e de difícil concretização, dados o grande número de unidades produtivas, os diferentes tamanhos, os níveis de investimento e de tecnologia. Essas características, tão marcantes no caso brasileiro, revelam a necessidade de se criar mecanismos que viabilizem as incubadoras de agronegócio, em especial para a pequena produção. As incubadoras de agronegócio podem ser vistas como catalizadoras do empreendedorismo rural. As incubadoras têm como objetivo contribuir para que as empresas possam superar as barreiras existentes nos primeiros anos de sua constituição, muitas vezes oferecendo-lhes um ambiente apropriado e dotado de programas de capacitação técnica e gerencial.

5.3.8. Galpão de Agronegócio

Tipo	Implantado
Meta	Educação e Inovação em Agronegócio
Objetivo	Políticas Públicas Municipais
Órgão	Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento
Parceiros	Governo do Estado de São Paulo, Etec

O Galpão do Agronegócio, foi disponibilizado para a Secretaria de Agricultura, através de Convênio estabelecido com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo, foram adquiridas 3 despoldadeiras. Foram feitas adequações como, instalação de câmara fria e 28 exaustores eólicos para criar ambiência, pois o Galpão oferece a Secretaria de Educação para o recebimento, pesagem e porcionamento dos hortifrúteis referentes a

merenda escolar. No entanto, há mais para se aproveitar neste ambiente. Através do Projeto de Empreendedorismo em Agronegócios e em parceria com as ETEC'S (Escolas Técnicas do Município), o Galpão poderá ser subdividido e cedido para estudos, ampliando o desenvolvimento empresarial e o fomento à agricultura e à pecuária local.

5.3.9. Horta Comunitária

Tipo	Implantado
Meta	Bem Estar da População
Objetivo	Acesso ao Mercado
Órgão	Secretaria de Gabinete – Fundo Social de Solidariedade
Parceiros	Governo do Estado de São Paulo, Etec

Em 2006, a Prefeitura Municipal firmou convênio com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo, objetivando a execução do Projeto Estadual Hortaliçamento – PAAP, Programa de Agricultura em Ambiente Protegido, instituído através de Decreto Nº 50.233 de 10 de novembro de 2005. O projeto, Processo SAA N° 5351/2006 tinha como finalidade incentivar e fomentar a produção e comércio de hortaliças para proporcionar uma alimentação adequada, com elevado valor nutritivo, de forma permanente e sustentável, promovendo paralelamente o desenvolvimento regional, mediante a geração de trabalho e renda. A horta instalada na Vila Sotemo, de acordo com o projeto inicial, seria conduzida pela própria comunidade que também usufruiria da produção da seguinte forma:

- 10% destinados ao consumo das famílias que trabalhassem na horta;
- 40% destinados a doações para famílias cadastradas previamente, desde que morassem no bairro e para escola também instalada no bairro;
- 50% destinados a comercialização pela associação do bairro.

A Prefeitura recebeu recursos no valor de R\$ 28.835,97 para a montagem da estufa com sistema de irrigação hidropônica e instalação de poço artesiano e como contrapartida foi feita a doação do terreno nivelado e com ligação de energia elétrica. Atualmente o projeto está sendo conduzido por apenas uma família e a Prefeitura custeia a conta de energia elétrica. Para esse programa já implantado, a pedido da Comunidade responsável pela Horta Comunitária, o município pretende oferecer suporte tecnológico e apoio nos

conhecimentos, referente à plantação das hortaliças. Para tal, buscaremos o conhecimento dos tecnólogos, estudantes das Etec's, instaladas em nosso Município. O objetivo principal é acompanhar o trabalho e o desenvolvimento da ação, gerando renda aos pequenos produtores e impulsionar o Associativismo e o Cooperativismo na Comunidade.

5.3.10. Banco de Alimentos

Tipo	Complementar
Meta	Bem Estar da População
Objetivo	Acesso ao Mercado
Órgão	Secretaria de Gabinete – Fundo Social de Solidariedade
Parceiros	Governo Federal, Secretaria de Agricultura

O Município de Itapetininga solicitou para o Governo Federal uma unidade do Banco de Alimentos, ele atua no recebimento de doações de alimentos considerados impróprios para a comercialização, mas adequados ao consumo. Os alimentos são repassados a instituições da sociedade civil sem fins lucrativos que produzem e distribuem refeições gratuitamente a pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar. Nos Bancos de Alimentos, os gêneros alimentícios são recepcionados, selecionados, processados ou não, embalados e distribuídos gratuitamente às entidades assistenciais. Estas se encarregam de distribuir os alimentos arrecadados à população, seja através do fornecimento de refeições prontas ou o repasse direto às famílias vulneráveis. Em contrapartida, as entidades atendidas pelos Bancos de Alimentos participam de atividades de capacitação e educação alimentar.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) apoia a implantação e a modernização de Bancos de Alimentos por meio de editais públicos de seleção que viabilizam projetos de construção e modernização de instalações prediais, além de aquisição de equipamentos e de materiais permanentes e de consumo. Após a implantação das unidades, os governos municipais e estaduais devem estruturar equipe técnica específica para o planejamento e acompanhamento das ações desenvolvidas no Equipamento e assumirem a responsabilidade pela gestão e manutenção dos serviços, podendo, para isso, firmar parcerias com organizações comunitárias e entidades sociais ligadas a programas de geração de trabalho e renda.

5.3.11. Mini Usina de Leite Municipal

Tipo	Implantado
Meta	Apoio ao Cooperativismo
Objetivo	Acesso ao Mercado
Órgão	Secretaria de Agricultura
Parceiros	Sebrae, PPP

Quando o projeto da Mini Usina Municipal de leite foi aprovado, em 1996, a finalidade era a de retirar o leite comercializado “in natura” das ruas. Desta forma, os produtores levariam sua produção para que fosse pasteurizada, e como pagamento o laticínio reteria 10%, que posteriormente seria utilizado nas creches e escolas. No entanto foi celebrado o convênio, com a Cooperativa dos Pequenos Produtores Rurais de Itapetininga e Região para uso da Mini Usina Municipal. Atualmente a Mini Usina conta com um Caminhão VW-9-160, equipado com tanque para transporte granelizado de leite, com motorista concursado, cedido pela Prefeitura. Até o final de fevereiro de 2013 estava sendo orientada pelo Departamento de Agricultura. A Mini Usina de Leite e o espaço de apoio ao pequeno produtor rural necessitam de novas adaptações e reformulações para melhorar a estratégia de mercado. Em parceria com o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas) e PPP (Parceria Publica Privada), pretendemos oferecer treinamento e impulsionar a cultura do Cooperativismo, gerando maior renda aos cooperados.

5.3.12. Expansão da Bacia Leiteira

Tipo	Complementar
Meta	Apoio ao Cooperativismo
Objetivo	Acesso ao Mercado
Órgão	Secretaria de Agricultura
Parceiros	SEBRAE, PPP

As Cooperativas Castrolanda e a Batavo vão investir R\$ 120 milhões para construir a primeira unidade de beneficiamento de leite (UBL) das cooperativas fora do Paraná. Com a marca Colônia Holandesa, elas lançaram na segunda-feira (25/02), a pedra fundamental

do projeto em Itapetininga, que recebeu assessoria da Investe São Paulo, agência vinculada à secretaria estadual de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia. De acordo com o IBGE, São Paulo produziu, em 2010, 1,605 bilhão de litros de leite. A nova planta começa fabricando 500 mil litros por dia, mas, em plena produção, esse número pode chegar a um milhão – aumentando a produção do Estado em 22,5% (cerca de 360 milhões a mais). A constituição brasileira coloca de maneira muito clara que devemos apoiar e estimular o associativismo e o cooperativismo. Elas estão entre as maneiras mais justas de desenvolvimento, irrigando a economia e distribuindo renda. A PPP (Parceria Público Privada) entre essas duas cooperativas Castrolanda e a Batavo e a Prefeitura Municipal de Itapetininga tem como objetivo aproveitar toda produção leiteira do Município de Itapetininga, de cooperativas, associações e pequenos produtores, utilizada em toda a industrialização do leite local pela empresa particular. Agregando valor ao produto e aumentando a competitividade no mercado e disponibilizando linhas diferentes de produtos.

5.3.13. Turismo Rural

Tipo	Complementar
Meta	Apoio aos Empreendedores
Objetivo	Acesso ao Mercado
Órgão	Secretaria de Cultura e Turismo
Parceiros	SEBRAE, Idestur

O Turismo rural é uma modalidade do turismo que tem por objetivo permitir a todos um contato mais direto e genuíno com a natureza, a agricultura e as tradições locais, através da hospitalidade privada em ambiente rural e familiar. De acordo com o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas), com crescimento anual de aproximadamente 6%, o Turismo Rural responde a uma nova tendência global, onde o turista não mais deseja ser um mero expectador de sua viagem, mas sim, o protagonista, que efetivamente vivencia a cultura e a experiência nos novos destinos visitados. Mudanças nos padrões de consumo e comportamento globais vêm demandando novas abordagens produtivas, gerenciais e mercadológicas, remodelando as empresas. Isso promoverá muitas oportunidades para ambos os setores, inclusive o setor turístico. A

Organização Mundial do Turismo estimou que pelo menos 3% de todos os turistas do mundo orientam suas viagens para o universo rural, sendo uma das atividades potenciais das próximas décadas. No Brasil, o IDESTUR – Instituto de Pesquisa do Turismo Rural detecta um percentual muito maior de crescimento, tanto no número de empreendimentos quanto ao de consumidores, e também prevê que o número de produtos ofertados aos turistas aumentará notadamente, nos próximos anos e em destinos ainda não reconhecidos. O Turismo Rural, além do comprometimento com as atividades agropecuárias, caracteriza-se pela valorização do patrimônio cultural e natural como elementos da oferta turística no meio rural. Assim, os empreendedores, na definição de seus produtos de Turismo Rural, devem contemplar com a maior autenticidade possível os fatores culturais, por meio do resgate das manifestações e práticas regionais (como o folclore, os trabalhos manuais, os “causos”, a gastronomia), e primar pela conservação do ambiente natural.

No campo do desenvolvimento econômico, o turismo rural só produziria atividades quando localizado em núcleos próximos a grandes cidades ou em locais com atrativos especiais. O setor público vem ganhando importância na geração de ocupações não agrícolas no meio rural, seja diretamente, por meio da administração pública, seja por meio dos serviços sociais por ela prestados.

5.3.14. Agricultura Familiar

Tipo	Implantado
Meta	Apoio ao Cooperativismo
Objetivo	Acesso ao Mercado
Órgão	Secretaria de Agricultura
Parceiros	Prefeitura Municipal de Itapetininga, Casa da Agricultura

Entende-se por agricultura familiar o cultivo da terra realizado por pequenos proprietários rurais, tendo como mão-de-obra essencialmente o núcleo familiar. De acordo com informações do Censo Agropecuário, elaborado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em 2006, a agricultura familiar é responsável por cerca de 70% dos alimentos produzidos no Brasil. Constitui a base econômica de 90% dos municípios brasileiros, responde por 35% do PIB nacional e absorve 40% da população economicamente ativa do país. Na pecuária, é responsável por 60% da produção de leite,

além de 59% do rebanho suíno, 50% das aves e 30% dos bovinos do país. Muitas das famílias atuantes na Agricultura Familiar oferecem seus produtos ao projeto Merenda escolar, atendendo diversas escolas do Município, de acordo com (DA SILVA, 2009), cabe a Secretaria de Agricultura informar a Secretaria de Educação onde estão localizadas as Associações e Cooperativas que atuam com a Agricultura Familiar e cabe à Casa da Agricultura Municipalizada, organizar e orientar os Empreendedores Rurais á participarem do chamamento público (compras governamentais).

5.3.15. Central de Abastecimento – CEASA

Tipo	Complementar
Meta	Apoio a Comercialização
Objetivo	Acesso ao Mercado
Órgão	Secretaria de Agricultura
Parceiros	CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

As CEASAS são empresas estatais ou de capital misto (público e privado), destinadas a promover, desenvolver, regular, dinamizar e organizar a comercialização de produtos da hortifruticultura em nível de atacado e em uma região. A CEASA funciona 24 horas, recebendo alimentos do Brasil inteiro que são entregues na sua central e distribuído por comerciantes atacadistas. Em seguida, o supermercado, o feirante, o dono da vendinha compram daqui e levam para o varejo. Em fevereiro de 2013 o Município de Itapetininga, foi contemplado através do CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento), através de aprovação previa de autorização de implantação de uma unidade CEASA, visto que sua localização é privilegiada em toda a logística da região, possuindo hoje uma área de estudo para implantação da estrutura de 40 mil metros quadrados, com previsão de instalação para o 1º semestre do ano de 2016.

5.3.16. Patrulha Agrícola

Tipo	Implantado
Meta	Apoio aos Empreendedores
Objetivo	Apoio Logístico

Órgão	Secretaria de Agricultura
Parceiros	Governo Federal, Casa da Agricultura

O programa visa facilitar a aquisição de máquinas, equipamentos e implementos que auxiliam no preparo de solo para o plantio, bem como na recuperação de áreas degradadas e disciplinamento de águas pluviais. Voltada a pequenas propriedades rurais, a Patrulha Agrícola também presta orientações e acompanhamento técnico. A Patrulha Rural já dispõe de um trator, uma grade aradora, uma calcareadeira, um arado, um subsolador e um terraceador (máquina para fazer curvas de nível) e a Prefeitura Municipal pretende, ainda, para melhorar o atendimento aos produtores familiares, adquirir uma retroescavadeira, um trator agrícola, uma grade aradora, um arado, um subsolador e um GPS navegador digital. No total foram investidos R\$ 365.250,00 na compra desses equipamentos: R\$ 292.200,00 do Governo Federal por meio do Projeto de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário (PRODESA), e uma contrapartida de R\$ 73.050,00 da Prefeitura Municipal. Atualmente a administração municipal atende a cerca de 240 propriedades rurais por ano com o empreendimento. Esta ação é voltada para pequenos produtores que possuam até 88 hectares de terra. O programa pode ser solicitado através da Casa de Agricultura Municipalizada.

5.3.17. Silos Municipais

Tipo	Complementar
Meta	Apoio a Comercialização
Objetivo	Acesso ao Mercado
Órgão	Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento
Parceiros	APL, PPP

O município de Itapetininga vem trabalhando para atender a demanda dos empreendedores rurais que trabalham com a produtividade de grãos, com um lugar para guardar a produção, o produtor pode esperar o melhor momento para vender seu produto. Dessa forma, ele se livra da boca de safra, período de baixa do valor das commodities, e pode comercializar na entressafra, época de preços mais aquecidos. Através de APL (arranjo produtivo local) e PPP (parceria publico-privada), o Projeto Silos Municipais,

pretende alavancar o mercado da região, negociando com melhores preços de mercado diretamente para os empreendedores rurais.

5.3.18. Moradia Rural – Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR)

Tipo	Complementar
Meta	Apoio aos Empreendedores
Objetivo	Fixação do Homem no Campo
Órgão	Secretaria de Planejamento
Parceiros	Caixa Econômica Federal, Governo Federal

O Programa Nacional de Habitação Rural é uma modalidade do Programa Minha Casa, Minha Vida, regulamentado pelo Ministério das Cidades, voltado para a população que vive no campo como os agricultores familiares e trabalhadores rurais, ou pertence a comunidades tradicionais. Essa população deve ser organizada por Entidades Organizadoras – EOs de caráter público (prefeituras, governos estaduais e do distrito federal, e respectivas companhias de habitação, quando houver), e de caráter privado como entidades representativas dos grupos associativos (entidades privadas sem fins lucrativos, sindicatos, associações, condomínios e cooperativas). O objetivo é produzir novas unidades habitacionais nas propriedades rurais, posses e em agrovilas, ou reformar as existentes. O programa é destinado aos agricultores familiares, trabalhadores rurais, assentados do Programa Nacional de Reforma Agrária – PNRA, quilombolas, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, indígenas e demais comunidades tradicionais com renda mensal bruta anual até R\$ 60.000,00.

O município de Itapetininga considera extremamente importante o atendimento a população rural, com o implanto do Programa Nacional de Habitação Rural, poderá garantir aos trabalhadores rurais, acesso as melhores condições de habitabilidade, aumento da rentabilidade familiar e a fixação e continuidade do homem no Campo, articulando obra física e a necessidade da família agricultora em ter uma casa digna, onde possa abrigar-se e recuperar suas forças para o trabalho.

5.4. Expectativa Após a Implantação e Principais Desafios a Serem Enfrentados

Considerando que o Município de Itapetininga possui grande área territorial, localização privilegiada (próxima a grandes centros de distribuição- CD o que favorece a logística), grande variedade de produtos e serviços, tornando o agronegócio estável. Contudo, constatamos que o município há muito a desenvolver no setor, portanto, a expectativa do projeto com os parceiros e apoio do SEBRAE é ser o maior PIB agrícola do Estado de São Paulo e se tornar referência Nacional no empreendedorismo em agronegócios. Principais desafios encontrados:

- Investimentos financeiros no setor;
- Mudar o comportamento familiar rural;
- Comprometimento do poder público na continuidade do projeto;
- Capacitação dos profissionais envolvidos no projeto;

5.4.1. Tabela 5 – Captação de Parceiros e ou Recursos

AÇÕES	PARCEIROS
1. LEI DE INCENTIVO AO EMPREENDEDOR RURAL	SEBRAE
2. AGENTE DE DESENVOLVIMENTO RURAL	SEBRAE, SINDICATO RURAL, SECRETARIA DE AGRICULTURA
3. CENTRO DE ATENDIMENTO AO EMPREENDEDOR RURAL ITINERANTE – CAERI	SEBRAE, SINDICATO RURAL, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
4. COMISSÃO DE EMPREENDEDORISMO EM AGRONEGÓCIO	PARITÁRIO
5. POUPA TEMPO RURAL	GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
6. ACESSA SÃO PAULO RURAL	GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
7. INCUBADORA DE AGRONEGÓCIO	SEBRAE, FATEC
8. GALPÃO DE AGRONEGÓCIO	GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, ETEC
9. HORTA COMUNITÁRIA	GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, ETEC
10. BANCO DE ALIMENTOS	GOVERNO FEDERAL, SECRETARIA DE AGRICULTURA
11. MINI USINA DE LEITE	SEBRAE, PPP
12. EXPANSÃO DA BACIA LEITEIRA	SEBRAE, PPP
13. TURISMO RURAL	SEBRAE, IDESTUR
14. AGRICULTURA FAMILIAR	CASA DA AGRICULTURA, PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA
15. CENTRAL DE ABASTECIMENTO - CEASA	CONAB
16. PATRULHA AGRÍCOLA	GOVERNO FEDERAL, CASA DA AGRICULTURA

17.	SILOS MUNICIPAIS	APL, PPP
18.	MORADIA RURAL – PROGRAMA NACIONAL DE HABITAÇÃO RURAL (PNHR)	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, GOVERNO FEDERAL

Fonte: A Autora (2013).

5.4.2. Tabela 6 – Metas Relevantes Planejadas

CRONOGRAMA						
AÇÕES	ANO 2014		ANO 2015		ANO 2016	
	1ºSEMESTRE	2ºSEMESTRE	1ºSEMESTRE	2ºSEMESTRE	1ºSEMESTRE	2ºSEMESTRE
1. LEI DE INCENTIVO AO EMPREENDEDOR RURAL	IMPLANTAR		INCREMENTO		INCREMENTO	
2. AGENTE DE DESENVOLVIMENTO RURAL	IMPLANTAR		INCREMENTO		INCREMENTO	
3. CENTRO DE ATENDIMENTO AO EMPREENDEDOR RURAL ITINERANTE – CAERI		IMPLANTAR		INCREMENTO		INCREMENTO
4. COMISSÃO DE EMPREENDEDORISMO EM AGRONEGÓCIO	IMPLANTAR		INCREMENTO		INCREMENTO	
5. POUPA TEMPO RURAL		IMPLANTAR		FOMENTAR		
6. ACESSA SÃO PAULO RURAL					IMPLANTAR	
7. INCUBADORA DE AGRONEGÓCIO			IMPLANTAR		FOMENTAR	
8. GALPÃO DE AGRONEGÓCIO	IMPLANTAR		INCREMENTO		INCREMENTO	
9. HORTA COMUNITÁRIA	FOMENTAR		INCREMENTO		INCREMENTO	
10. BANCO DE ALIMENTOS			IMPLANTAR		INCREMENTO	
11. MINI USINA DE LEITE	FOMENTAR		INCREMENTO		INCREMENTO	
12. EXPANSÃO DA BACIA LEITEIRA	FOMENTAR		INCREMENTO		INCREMENTO	
13. TURISMO RURAL	FOMENTAR		FOMENTAR		FOMENTAR	
14. AGRICULTURA FAMILIAR		FOMENTAR		INCREMENTO		INCREMENTO
15. CENTRAL DE ABASTECIMENTO - CEASA					IMPLANTAR	
16. PATRULHA AGRÍCOLA	INCREMENTO		INCREMENTO		INCREMENTO	
17. SILOS MUNICIPAIS					IMPLANTAR	
18. MORADIA RURAL – PROGRAMA NACIONAL DE HABITAÇÃO RURAL (PNHR)	FOMENTAR		INCREMENTO		INCREMENTO	

Os pequenos empreendedores rurais precisam mudar a visão de empreendedorismo, não sendo apenas para subsistência, mas tornando-se um uma empresa. Adquirindo

conhecimentos na área de gestão e processos produtivos, conseguirão aumento na produção e agregar maior valor ao produto, conseqüentemente maior lucro.

Com o apoio do SEBRAE na realização dessas ações, será desenvolvido treinamento e cursos para o público-alvo, onde podemos reverter a atual situação dos produtores rurais por uma cultura empreendedora e tecnologia social no agronegócio.

O projeto de empreendedorismo em agronegócio se trata de um projeto audacioso, que se formou através da necessidade de melhoria ao desenvolvimento rural local do município, através de estudos e levantamentos pudemos juntar as 18 ações empreendedoras e formalizar o projeto. Diante disto, o nível das dificuldades que iremos encontrar durante os 3 próximos anos (seguidos minuciosamente pelo cronograma), serão de alto nível. Pois, precisamos fomentar o empreendedorismo rural e serão muitas as dificuldades encontradas neste longo período. Porém acreditamos na vocação do município de Itapetininga, no trabalho de nossos pequenos produtores rurais, no desenvolvimento local e estamos confiantes que o município pode crescer e se desenvolver sempre mais.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito deste trabalho foi apresentar um Projeto Empreendedor em Agronegócio, valorizando a vocação do Município de Itapetininga, na área agropecuária, para implantar um Plano de Governo estruturando ações voltadas aos pequenos empreendedores e produtores rurais.

Nossa missão é incentivar as políticas públicas através destas ações e programas, adotando um planejamento estratégico em razão da escassez dos recursos municipais, investindo em novos projetos estruturados, buscando convênios públicos estaduais e federais, mas principalmente, apostando em parcerias público-privadas. O objetivo maior deste projeto é o aumento a renda do trabalhador rural e o incremento a atividade dos pequenos produtores, adequando a sua situação socioeconômica, visando melhorar as condições de vida, fixando o homem a terra e valorizando a vida no campo. Acreditamos na força dos pequenos produtores, e em especial em sua organização através das associações e cooperativas, e por esta razão, esta gestão pretende investir na infraestrutura da zona rural, melhorando os acessos, as estradas rurais, construindo novas pontes, facilitando assim o escoamento da produção e sua distribuição.

É com esse espírito empreendedor que o Município de Itapetininga pretende inovar nos projetos, para beneficiar a agricultura familiar e a pecuária leiteira, apostando no trabalhador rural, aumentando a renda dos pequenos produtores, gerando mais empregos no campo, movimentando a economia local com a atração de Agroindústrias, ou seja, investindo na vocação do Município!

O projeto terá um custo baixo, pois será implantado através de convênios e recursos vindos do Poder Público Federal, Estadual e da iniciativa privada, sendo que o Município será o gestor de todas as ações e programas, entretanto os investimentos de ordem financeira serão subsidiados com verbas públicas e privados. E seu principal benefício, será que todos os produtores rurais do Município, sejam beneficiados, através das 18 ações que formam o projeto, como um todo.

A análise dos resultados da pesquisa indica que o Município de Itapetininga tem um grande potencial para crescer e desenvolver tornando-se referência nacional, no setor do agronegócio. Futuramente é interessante como um exemplo na cadeia produtiva leiteira bovina ativa, sejam abrangidas novas ações em outras espécies como a bubalina que é muito criada na região, porém não atendida.

Por fim, este trabalho foi desenvolvido com base teórico-prático, onde com o planejado possamos melhorar as ações do município, aproveitando da sua vocação, mantendo um plano para o crescimento econômico e financeiro do município, com oportunidades dos empreendedores do agronegócio crescer e desenvolver junto com o município. Esperamos que os gestores presentes e futuros continuem com o processo da cadeia produtiva traçada visando sempre melhorias e ampliação das ações programadas nos projetos.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Antônio. **Ferramenta 5W2H para Plano de Ação**, 2013. Disponível em: <<http://www.antonioazevedo.com.br/archives/1192>> . Acesso em 11 Out.2013

BARRETO, Cláudio P.; SIPPEL, Eudes; GRISA, Gustavo; RENDE, Rômulo. **Manual de Desenvolvimento dos Municípios**, CNM/SEBRAE, Brasília, 2011.

Disponível em:

<<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=10&ved=0CF4QFjAJ&url=http%3A%2F%2Fwww.leigeral.com.br%2Fportal%2Fflumis%2Fportal%2Ffile%2FfileDownload.jsp%3FfileId%3DFF80808134CE96AF01358603490A036E&ei=dr9BUoe8IYvi8gSBxYCYCQ&usq=AFQjCNFA0cxkwjYp1BtLA5XqDCQoJ6g&sig2=PuyBkZVBZsY3zI2KVwArvQ&bvm=bv.52434380,d.dmg&cad=rja>> .

Acesso em: 24 set. 2013.

CARVALHO, Marly Monteiro de. **Construindo Competências para Gerenciar Projetos: teorias e casos**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Câmara Municipal de Itapetininga/SP, **Lei Orgânica do Município de Itapetininga, NR dada pela Emenda nº 23**, Itapetininga/SP, 2010.

CHIAVENATO, Idalberto. **Planejamento estratégico: fundamentos e aplicações**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

CORREIA, Kenneth, **Planejamento Estratégico Orientado para Resultados**, 2007. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/kenaum/planejamento-estrategico-orientado-para-resultados>> .

Acessado em 18 dez. 2013.

DAGNINO, Renato P. **Planejamento Estratégico governamental**, Brasília, 2009.

DA SILVA, José A. G.; HADDAD, Fernando; SILVA, Paulo B. **Lei 11.947/2009 alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica**, Brasília, 2009.

GODOY, M. H. P. C. **Brainstorming**. Belo Horizonte, Editora de desenvolvimento gerencial, 2010.

KAPLAN, Robert S.; NORTON, David P. **Implementação e impactos do Balanced Scorecard**, 1996.

KHAIR, Amir A.; VIGNOLI, Francisco H. **Manual de orientação para crescimento de receita própria municipal**, 2ª ed. EAESP, julho de 2001. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/bf_bancos/e0001658.pdf>.
Acesso em: 24 set. 2013.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MINTZBERG, Henry; QUINN, James Brian. **O processo da estratégia**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2000.

NAKAGAWA, Marcelo. **Análise SWOT**, Movimento Empreenda, Globo, 2012. Disponível em: <http://cms-emprendas3.amazonaws.com/empreenda/files_static/arquivos/2012/06/18/ME_Analise-Swot.PDF> .
Acesso em 11 Out.2013
<http://movimentoempreenda.revistapegn.globo.com/news/ferramentas/2012/06/analise-swot-071.html>
Acesso em 18 Dez. 2013

NUNES, Breno O. **PMBOK – Áreas de Conhecimento – Conceito**; 2010. Disponível em: <<http://tiinteligente.blogspot.com.br/2010/06/pmbok-areas-de-conhecimento-conceito.html>>
Acesso em 11 Out.2013

PADILHA, R. P. **Planejamento dialógico**: como construir o projeto político-pedagógico da escola. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2001.

PFEIFFER, Peter. **Planejamento estratégico municipal no Brasil: uma nova abordagem**. Brasília: ENAP, Texto para Discussão n° 37, 2000.

RABECHINI JR., R. **O Gerente de Projetos na Empresa**. 2ª. ed., São Paulo: Atlas, 2007.

SERRA, Fernando Antônio Ribeiro. **Gestão estratégica nas organizações públicas**. Palhoça: UnisulVirtual, 2008.

VAINER, Ari; ALBUQUERQUE, Josélia; GARSON, Sol. **O Passo a Passo da Elaboração do PPA para municípios**, 2ª ed. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Projeto de Lei elaborada para incentivo ao empreendedorismo rural.



FLS.....

.....

Mensagem

Nº.....

Projeto de Lei

Nº.....

“Fixa diretrizes gerais de Incentivo à Agricultura Familiar e ao Empreendedorismo Rural e dá outras providências.”

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Esta Lei fixa diretrizes gerais da Política Municipal de incentivo à Agricultura Familiar e ao Empreendedorismo Rural.

Art. 2º - Para os fins dispostos nesta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor rural aqueles que praticam atividades no meio rural, atendendo aos seguintes requisitos, dentre outros, que poderão ser exigidos pelo poder regulamentar:

I – não detenha, a qualquer título, área maior do que 04 (quatro) módulos fiscais;

II – utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III – tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, nos termos da lei;

IV – dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

§1º Quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 04 (quatro) módulos fiscais, não se aplicará o disposto no inciso I do caput deste artigo.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS DA POLÍTICA MUNICIPAL DE INCENTIVO À AGRICULTURA FAMILIAR E AO EMPREENDEDORISMO RURAL

Art. 3º - Constituem objetivos a serem observados na aplicação da política municipal de incentivo a agricultura familiar e ao empreendedor rural:

I – fomentar o Empreendedorismo, o Cooperativismo e o Associativismo Rural no Município;

II – desburocratização;

III – incentivos fiscais;

IV – sustentabilidade ambiental, social e econômica;

V – equidade na aplicação das políticas, respeitando os aspectos de gênero, geração e etnia;

VI – apoio ao desenvolvimento e execução dos novos projetos;

VII – assistência técnica, jurídica e tributária;

VIII – educação, capacitação e profissionalização.

CAPÍTULO III

DO CONSELHO MUNICIPAL DE INCENTIVO À AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDORISMO RURAL

Art. 4º - Fica criado o Conselho Municipal de Incentivos à Agricultura Familiar e Empreendedor Rural – CMIAFER -, órgão deliberativo, que tem por finalidade propor e deliberar sobre diretrizes, planos, projetos e programas, bem como fiscalizar a execução desta política.

Art. 5º - Compete ao Conselho Municipal de Incentivos à Agricultura Familiar e ao Empreendedor Rural:

I – propor e participar da deliberação sobre a execução dos projetos e programas previstos nesta lei;

II – acompanhar e avaliar a execução dos projetos e programas regulamentados, bem como recomendar as providências necessárias ao cumprimento dos respectivos objetivos;

III – buscar apoio e apreciar as formas de apoio à implementação dos programas e projetos;

IV – elaborar seu regimento interno;

V – outras atribuições a serem previstas em seu Regimento Interno.

Art. 6º - O CMIAFER será constituído por representantes do Poder Público e da Sociedade Civil Organizada, seguindo a consignação abaixo:

I – Secretário Municipal de Trabalho e Desenvolvimento, que o presidirá;

II – quatro membros do Poder Público Municipal;

III – quatro membros da Sociedade Civil Organizada, de segmentos ligados à área rural;

Parágrafo único – Na composição e funcionamento do Conselho deve ser observado o seguinte:

I – cada entidade ou órgão será representado por um titular e um suplente;

II – o mandato dos representantes do Conselho será de dois anos, podendo ser renovado uma única vez por igual período.

CAPÍTULO IV

DOS PROGRAMAS E PROJETOS

Art. 7º - Ficam desde já identificados como programas específicos, sob a responsabilidade das seguintes Secretarias Municipais:

I – Secretaria Municipal de Planejamento:

- a) Centro de Atendimento ao Empreendedor Rural Itinerante;
- b) Agente de Desenvolvimento Rural;
- c) Comissão de Inovação em Agronegócios.

II – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente:

- a) Patrulha Agrícola;
- b) Agricultura Familiar;
- c) Cooperativa de Leite;
- d) Reativação da Bacia Leiteira;
- e) Entrepasto de abastecimento – “CEASA”.

III – Fundo Social de Solidariedade:

- a) Banco de Alimentos;
- b) Horta Comunitária;

IV – Secretaria de Gabinete:

- a) ACESSA SP Rural;
- b) Poupatempo Rural.

V – Secretaria de Cultura e Turismo:

- a) Turismo Rural.

VI – Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento:

- a) Incubadora de Agronegócios;
- b) Galpão de Agronegócios;
- c) Silos Municipais.

Parágrafo único – Os projetos e programas serão regulamentados mediante Decreto do Chefe do Executivo Municipal, ficando como responsável por sua efetiva implantação e execução as Secretarias Municipais descritas neste artigo.

Art. 8º - Além dos programas previstos no artigo anterior, outros programas e projetos poderão vir a ser contemplados, os quais deverão ser criados por Decreto Municipal.

Art. 9º - Para viabilizar a execução da presente Lei, o Município buscará apoio na Administração Pública Direta e Indireta e pessoas jurídicas de direito privado, nos termos da Lei civil, e que tenham condições de contribuir para o desenvolvimento dos projetos mediante geração e disseminação de conhecimento, fornecimento de insumos, contratação de serviços, equipamentos, bem como outras atividades rurais de interesse comum.

Art. 10 - Para as hipóteses não contempladas nesta Lei serão aplicadas as diretrizes da Legislação Federal e Estadual vigentes.

Art. 11- A Administração Municipal regulamentará a presente Lei no prazo de 1(um) ano a partir de sua publicação.

Art. 12 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS ANTONIO DI FIORI FIORES COSTA

Prefeito Municipal

ISMAEL JOSÉ STRANAK

Secretário de Gabinete

APÊNDICE B – Fotos de alguns programas implantados no Município de Itapetininga/SP



Fonte: Arquivo Pessoal, 2007

Fotos do Assentamento de Agricultura Familiar no Bairro Tupi



Fonte: Arquivo Pessoal, 2007

Fotos da Mini Usina de Leite na Vila Rio Branco



Fonte: Arquivo Pessoal, 2009

Fotos da Mini Usina de Leite na Vila Rio Branco



Fonte: Arquivo Pessoal, 2007

Fotos de Implementos agrícolas pelo projeto Patrulha Agrícola em Propriedades Rurais do Município de Itapetininga/SP



Fonte: Arquivo Pessoal, 2007

Fotos de Implementos agrícolas pelo projeto Patrulha Agrícola em Propriedades Rurais do Município de Itapetininga/SP



Fonte: Arquivo Pessoal, 2007
Fotos da Horta Comunitária na Vila Sotemo



Fonte: Arquivo Pessoal, 2013
Fotos da Horta Comunitária na Vila Sotemo

ITAPETININGA, 10 DE OUTUBRO DE 2013.

RELATO DOS BENEFICIADOS

ACOMPANHO HÁ MUITOS ANOS A SITUAÇÃO DA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE ITAPETININGA, E APESAR DE MUITO EXTENSA, NUNCA RECEBEU INVESTIMENTOS SUFICIENTES DO PODER PÚBLICO. DIANTE DISTO, PODEMOS APONTAR DIVERSOS TIPOS DE CARÊNCIAS NA ZONA RURAL, DESTACANDO PRINCIPALMENTE, A FALTA DE PLANEJAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO. ASSIM, COM A IMPLANTAÇÃO DESTE NOVO PROJETO, TODA A POPULAÇÃO RURAL, EM ESPECIAL OS PEQUENOS PRODUTORES, SERÃO DIRETAMENTE BENEFICIADOS COM A MELHORIA DA INFRAESTRUTURA E APOIO DIRETO DO PODER PÚBLICO, ATRAINDO INVESTIMENTOS E FOMENTANDO A PRODUTIVIDADE NO CAMPO.

Renata Regiane Percichito

RENATA REGIANE PERCICHITO
TECNÓLOGA EM AGRONÓGIOS

ITAPETININGA, 17 DE OUTUBRO DE 2013

RELATÓRIO DOS BENEFICIADOS

ITAPETININGA OCUPA GRANDE DESTAQUE NO AGRONEGÓCIO, POIS É O MAIOR PIB AGRÍCOLA DO ESTADO. NO ENTANTO, APESAR DO DESTAQUE NESTE SETOR, ENCONTRA SÉRIOS PROBLEMAS COMO: A FALTA DE UMA CENTRAL DE ABASTECIMENTO PARA OS PRODUTORES RURAIS DE ITAPETININGA E MUNICÍPIOS ADJACENTES. OUTRA QUESTÃO DIZ RESPEITO À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, POIS HÁ GRANDE NECESSIDADE PELOS PEQUENOS PRODUTORES POR ESTE TIPO DE SERVIÇO, PORÉM, ATUALMENTE OS RECURSOS SÃO EXTREMAMENTE ESCASSOS, POR EXEMPLO, O SERVIÇO DE PATRULHA AGRÍCOLA MECANIZADA, QUE ATUALMENTE CONTA COM APENAS DOIS TRATORES PARA O ATENDIMENTO DE TODA A EXTENSÃO DO MUNICÍPIO.



RAPHAEL ALEXANDRE NERY

TECNÓLOGO EM AGRONEGÓCIOS

CPF: 395.241.708-41

RG: 46.347.722-4

Itapetininga, 17 de outubro de 2013.

RELATÓRIO DOS BENEFICIADOS

Na área rural há a necessidade de projetos em relação ao excedente da produção, pois é com isso que haverá o beneficiamento gerando a agregação de valores aos produtos. Também há a necessidade de capacitação dos produtores quanto as boas práticas de fabricação em relação à manipulação desse excedente. Existe uma deficiência com relação a equipamentos para processamento dos alimentos. Com a criação do Banco de Alimentos poderia ser atendida a merenda escolar aumentando o valor nutricional das refeições servidas pelo Município nas escolas. Os equipamentos adquiridos anteriormente em parceria com o Governo do Estado, proporcionaram aprendizado para os alunos da ETEC Professor Edson Galvão que ao entrarem para o mercado de trabalho já levaram o conhecimento adquirido na utilização dessas novas tecnologias empregadas em empresas do ramo. Com o aumento da renda mensal na produção e venda dos alimentos processados haveria emprego para os filhos e esposas dos produtores rurais, dessa forma fixando o homem no campo.



CLÁUDIA ROSANA TREVISANI CORREA

NUTRICIONISTA

CRN. 2245

CPF. 039.800.188-06

ITAPETINGA, 16 DE OUTUBRO DE 2013.

RELATÓRIO DOS BENEFICIADOS

COM RELAÇÃO A IMPLANTAÇÃO DE ENTREPOSTO NO MUNICÍPIO SERÁ DE GRANDE IMPORTÂNCIA PARA OS PRODUTORES RURAIS. HAVERÁ DIMINUIÇÃO COM RELAÇÃO AOS VALORES GASTOS COM O TRANSPORTE, PORÉM HÁ A NECESSIDADE DE CONSCIENTIZAÇÃO E ESCLARECIMENTOS A POPULAÇÃO RURAL DE COMO ISSO FUNCIONARÁ. O PRODUTOR RURAL, COM ESSE NOVO PROJETO, PODERÁ VENDER SUA MERCADORIA DIRETAMENTE AOS COMPRADORES FAZENDO COM QUE OS VALORES RECEBIDOS SEJAM BEM MAIORES. OUTRO PONTO IMPORTANTE É A REATIVAÇÃO DA BACIA LEITEIRA, POIS COM O AUMENTO DA RENDA DOS PRODUTORES RURAIS HAVERÁ A FIXAÇÃO DOS FILHOS DESTES NO CAMPO E CONSEQUENTEMENTE AUMENTARÁ A NECESSIDADE DE CONSTRUÇÃO DE NOVAS MORADIAS. COM RELAÇÃO A MELHORIAS NA PRODUÇÃO, A PATRULHA AGRÍCOLA PODERIA POSSUIR MAIS EQUIPAMENTOS OFERECER MAIS SERVIÇOS AOS PRODUTORES RURAIS.



MARCOS THOMAZETO

PRODUTOR RURAL

SÍTIO NORISMAR

BAIRRO TURVO DOS RODRIGUES

CPF. 422.536.078-19

RG. 18.747.480

ITAPETININGA, 15 DE OUTUBRO DE 2013.

RELATO DOS BENEFICIÁRIOS

NA MINHA OPINIÃO UM DOS MAIORES PROBLEMAS É A MANUTENÇÃO DA ESTRADAS RURAIS QUE DEVERIAM TER SAÍDAS D'ÁGUA E CAIXAS SECAS E TAMBÉM DISPONIBILIZAR ESSE SERVIÇO, INCLUSIVE NAS ESTRADAS DENTRO DAS PROPRIEDADES, DA FORMA QUE FUNCIONA A PATRULHA AGRÍCOLA.

COMO SUGESTÃO, PODERIA SER UTILIZADO O GALPÃO DO AGRONEGÓCIO COMO UM CENTRO DE COMERCIALIZAÇÃO.

COM ESSES NOVOS PROJETOS OFERECIDOS PELA PREFEITURA, O MELHOR SERIA O AUMENTO DA RENDA AOS PRODUTORES RURAIS, POIS COM A CRIAÇÃO DE UM ENTREPOSTO DIMINUIRIAM OS GASTOS COM FRETE E A MERCADORIA CHEGARIA EM MELHORES CONDIÇÕES DEVIDO AO MENOR TEMPO UTILIZADO NO TRANSPORTE.

Silvio Ribeiro dos Santos

SILVIO RIBEIRO DOS SANTOS
PRODUTOR RURAL
SÍTIO COQUEIRAL DE ITAPÉ
BAIRRO GRAMADINHO
CPF, 741.171.226-49
RG. 1.162.746 ES/SSP

ITAPETININGA, 16 DE OUTUBRO DE 2013.

RELATÓRIO DOS BENEFICIADOS

ATUALMENTE A MAIOR DEFICIÊNCIA É COM RELAÇÃO ÀS ESTRADAS RURAIS. OUTRA DEFICIÊNCIA É EM RELAÇÃO A QUESTÕES SANITÁRIAS, COMO POR EXEMPLO, A COLETA DE LIXO E CONSTRUÇÃO DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA. NECESSITAMOS DE PROJETOS COM RELAÇÃO A REFLORESTAMENTO, DE ILUMINAÇÃO DENTRO DO ASSENTAMENTO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA. PRECISAMOS AINDA DE APOIO DO MUNICÍPIO EM RELAÇÃO À LOGÍSTICA E NO TRANSPORTE DOS ALIMENTOS PRODUZIDOS. COM A VINDA DO BANCO DE ALIMENTOS A MAIORIA DOS NOSSOS PROBLEMAS SERIA RESOLVIDA.



MIGUEL VIANA DA SILVA

PRODUTOR RURAL

CPF. 086.556.668-23

RG. 16.942.999-4

ASSENTAMENTO 23 DE MAIO

ROD.RAPOSO TAVARES KM. 184/185

LOTE 13

1

ANEXOS

ANEXO A – Artigo e ou matéria de jornal em meio eletrônico

Itapetininga possui o 20º maior PIB agrícola do Brasil

Publicado por [Prefeitura Municipal de Itapetininga](#) (extraído pelo JusBrasil) - 1 ano atrás

Itapetininga tem orgulho de ser o terceiro município do Estado de São Paulo em extensão territorial. Nesse amplo cenário são desenvolvidas diversas culturas de grande importância, como a laranja, a maçã, a grama (distribuída para todo país), a batata, o milho, o feijão, a cana-de-açúcar, além da silvicultura, fruticultura e extensos rebanhos de corte e de leite.

Graças à sua extensão territorial e à diversidade de sua produção, Itapetininga foi apontada pela Fundação Seade (Sistema Estadual de Análise de Dados) como o maior centro de produção agropecuária do Estado de São Paulo.

A cidade, que ocupava a trigésima oitava posição nacional, saltou para a vigésima posição, com um PIB (Produto Interno Bruto) agrícola de mais de 320 milhões de reais. As informações são do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatísticas, as Secretarias Estaduais de Governo e a SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus), com cálculo no último levantamento, ano base de 2009.

Segundo a pesquisa, dos 100 municípios do Brasil, apenas duas cidades paulistas estão entre os 50 municípios com o maior PIB Agrícola. Itapetininga se manteve como o primeiro do Estado de São Paulo, seguido pela cidade de Casa Branca, que ocupa a quadragésima quinta posição nacional, ou seja, vinte e cinco posições atrás.

Ainda conforme os dados, a economia de Itapetininga cresceu 9,5 %, confirmando que o número alcançado é maior que a meta nacional e superior que cidades da região, como Tatuí. Para efeitos de comparação, a projeção para este ano era de 3,8%, número que não deve ser alcançado até o final do ano. Os números positivos mostram que, apesar do cenário de crise econômica mundial, o PIB de Itapetininga cresceu aproximadamente três vezes mais que a expectativa do Brasil.

Segundo Sérgio Majewski, Gerente Regional do IBGE Itapetininga, o que impulsionou o crescimento do PIB Agrícola da cidade foram, principalmente, as monoculturas, como cana e

laranja. O setor canavieiro de Itapetininga produziu no ano de 2010 mais de um milhão de toneladas do produto.

Ainda de acordo com o Gerente, outros setores também tiveram participação importante nesse crescimento, como as granjas de aves e ovos, que no último ano tinham mais de cinco milhões de cabeças, e os setores de produção de grãos, como milho, feijão e soja. Outro destaque foi o setor de madeira, que só no ano de 2010 foi o responsável por mais de 10% de toda a produção de madeira em tora, para papel e celulose, de todo o Estado de São Paulo. Majewski ainda lembrou que os resultados positivos se devem aos investimentos realizados no setor e a importância do desenvolvimento de novas tecnologias para a produção agrícola, o que já vem sendo desenvolvido no município.

Tendo consciência da grande propensão do município para o setor agropecuário, a Prefeitura de Itapetininga desenvolve políticas de incentivo à área, como os programas que estimulam a pecuária leiteira, melhorando o padrão genético dos rebanhos e as condições das pastagens e auxiliando os pequenos proprietários a terem acesso aos programas de crédito agrícola, como o PRONAF. Outro trabalho de destaque da Prefeitura de Itapetininga nesta área é o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas, que beneficia cinco pequenas bacias (Laranja Azeda, Vatinga, Médio Capivari, Gramadinho e Rocinha), com 350 propriedades. O programa, feito em parceria com o Governo do Estado de São Paulo, contempla as áreas selecionadas com uma diversidade de benefícios como a patrulha rural, conservação de estradas, terraceamento (técnica de conservação do solo destinada ao controle de erosão hídrica), construção de fossas sépticas, melhoramento e revitalização de pastagens.

Outro projeto de relevância que está sendo implantado pela Administração Municipal para o crescimento de Itapetininga no agronegócio é o programa da merenda escolar, que organiza os produtores, mapeando os produtos produzidos e suas quantidades, para que esses alimentos sejam incluídos no cardápio dos alunos. Além disso, a Prefeitura de Itapetininga, em parceria com a ETEC Professor Edson Galvão, também conta hoje com o Programa de Fortalecimento das Pequenas Propriedades Rurais, que tem como objetivo capacitar os produtores, principalmente da agricultura familiar, na produção e manipulação de alimentos, buscando o aproveitamento das sobras de colheita. Pode-se destacar também o galpão do agronegócio, que auxilia o pequeno produtor na venda de seus produtos, e o Programa de Fruticultura, realizado pela Casa da Agricultura Municipalizada, que aproveita as condições do solo e o clima da nossa cidade para cultivar mudas de figo, goiaba e maracujá.

Dentro desse contexto, há de se citar ainda os cursos profissionalizantes gratuitos, direcionados para o setor do agronegócio, realizado nos Distritos. A cidade hoje oferece às classes descentralizadas da ETEC, Curso Técnico em Gestão da Empresa Rural no Distrito da Varginha e Agroecologia no Distrito do Rechã. Vale ressaltar que nossa antiga Escola Agrícola durante todos os seus mais de 60 anos de existência, ou seja, até o ano de 2005, oferecia apenas dois cursos técnicos.

Atualmente são oferecidos doze cursos todos voltados basicamente ao homem do campo. O Polo Chopin Tavares de Lima (UAB), visando o potencial do nosso município na cultura da cana-de-açúcar, disponibiliza os cursos de Tecnologia Sucroalcooleira e também Engenharia Ambiental, ambos oferecidos pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) e a Faculdade de Tecnologia (FATEC), que disponibiliza os cursos superiores de Tecnologia em Agronegocio e Tecnologia em Informática para a Gestão de Negócios, além da Pós-Graduação (Lato Sensu) em Logística Integrada na Agroindústria.

Para o próximo ano, a meta da Administração Municipal é continuar fortalecendo os pequenos e médios produtores, estimulando o associativismo e a organização dos hortifrutigranjeiros. E até o final do ano, vários projetos serão colocados em prática, como a melhoria da patrulha rural, para preparo de solo com aporte de mais equipamentos, um novo sistema de conservação de estradas rurais, através da triagem de entulhos utilizando os resíduos da construção civil (entulhos), que após britado será utilizado nas vias.

Uma novidade também que contribuirá para o escoamento da produção agrícola é a construção de seis pontes de concreto, que serão construídas nos Bairros Turvo do Rodrigues II, Biscoito Duro, Vatinga, Laranja Azeda, Turvo dos Rodrigues I e a ponte Mista no Bairro Rio Acima. Além disso, a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente prepara a adequação do galpão do agronegócio para atender à demanda da merenda Escolar, através da COOPRIR Cooperativa de Pequenos Produtores Rurais de Itapetininga e Região, assentamentos e demais associações, onde os produtores da cidade poderão escoar parte dos seus produtos. Ainda haverá a readequação de equipamentos do laticínio municipal para agregar valor ao leite a ser também ofertado na merenda escolar.

Segundo a Administração Municipal, para o próximo ano, a Prefeitura de Itapetininga espera conquistar outros programas e projetos para o município, que beneficiem o setor agropecuário.

Posição ocupada pelos 100 municípios com maior PIB agrícola do país

Municípios e respectivas Unidades da Federação Posição ocupada pelos municípios

1. Rio Verde/GO 1°
2. São Desidério/BA 2°
3. Sorriso/MT 3°
4. Sapezal/MT 4°
5. Brasília/DF 5°
6. Campo Verde/MT 6°
7. Unaí/MG 7°
8. Uberaba/MG 8°
9. Diamantino/MT 9°
10. Primavera do Leste/MT 10°
11. Cristalina/GO 11°
12. Campo Novo do Parecis/MT 12°
13. Nova Mutum/MT 13°
14. Jataí/GO 14°
15. Lucas do Rio Verde/MT 15°
16. Uberlândia/MG 16°
17. Petrolina/PE 17°
18. Barreiras/BA 18°
19. Formosa do Rio Preto/BA 19°
- 20. Itapetininga/SP 20°**

Disponível em: <<http://pref-itapetininga.jusbrasil.com.br/politica/8232940/itapetininga-possui-o-20-maior-pib-agricola-do-brasil>> Acessado em 11 Out. 2013.

ANEXO B – Lei Municipal que dá apoio aos pequenos produtores rurais do município.



Gabinete do Prefeito

PREFEITURA do MUNICÍPIO de ITAPETININGA
ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO N.º 25, DE 03 DE JULHO DE 2002.

Dispõe sobre o uso do Trator Agrícola e implementos, no Município de Itapetininga, Estado de São Paulo.

ENG.º RICARDO BARBARÁ DA COSTA LIMA, Prefeito do Município de Itapetininga, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e considerando os estudos e dados fornecidos pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Agrícola de Itapetininga, COMDERI.

DECRETA

Art. 1.º - A Casa da Agricultura Municipalizada de Itapetininga, prestará serviços de preparo de solo, compreendendo (demarcação e construção de curva de nível, aração e de gradeação com grade aradora e niveladora), plantio direto, para pequenos produtores rurais do Município de Itapetininga, proprietários e arrendatários de terra dentro dos limites deste Município.

Art. 2.º - O produtor interessado deverá fazer sua ficha cadastral na Casa da Agricultura Municipalizada de Itapetininga, com a revisão a cada 2 (dois) anos para atualização dos dados bem como, formular o pedido por escrito, através de requerimento, em impresso próprio que será fornecido ao produtor no ato da solicitação dos serviços:

§ 1.º - somente será permitida a inscrição feita pelo próprio requerente (produtor).

§ 2.º - será permitida a inscrição se a propriedade for igual ou inferior a 4,55 módulos fiscais do Município, (100,0 ha):

§ 3.º - só serão realizados os serviços em propriedades ou para produtores requerentes, desde que não possuam trator capaz de realizar o serviço requerido;

§ 4.º - os serviços não poderão ultrapassar a 08,00 há ou 3,3 alqueires por vez;

§ 5.º - só será realizado novo serviço ao mesmo produtor, se não houver outros que ainda não foram atendidos;

§ 6.º - se o produtor fornecer dados falsos para cadastro, implicará na cobrança de preço de mercado do serviço realizado e a proibição de requerer novos ou futuros serviços por quatro (4) anos consecutivos.

Praca dos Três Poderes, 1000 - Jardim Marabá - Cep: 18213-900 - Itapetininga - São Paulo - Brasil
Telefone: (15) 273.4200 R.111/115 - Telefax: (15) 273.2340
E-mail: gabinete@cbra.com.br



Gabete do Prefeito

PREFEITURA do MUNICÍPIO de ITAPETININGA
ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 3.º - Para cada família será feita apenas uma ficha cadastral, sendo que apenas um membro da mesma família terá direito aos serviços.

Parágrafo Único - será permitido o serviço para mais de um membro da mesma família, isto é, para filho ou filha, maior de 18 anos, se comprovada e/ou reconhecida a independência familiar, em outro imóvel, desde que esteja cadastrado em nome do mesmo.

Art. 4.º - Serão realizados os serviços após haver cumprido as seguintes exigências agronômicas:

- ter sido realizada amostragem do solo e procedida a calagem, caso necessário;
- ter sido realizado os serviços de locação e construção das respectivas curvas de nível, ou outros serviços conservacionistas;
- a área deverá ser de topografia tratorável ou mecanizada, livres de tocos, pedras e outros que possam causar danos as máquinas, equipamentos, bem como observadas a segurança de trabalho aos operadores;
- ✦ - passar por vistoria prévia pelo Engenheiro Agrônomo ou Técnico da Casa da agricultura, responsável pela orientação, quanto ao serviço a ser executado e posterior lavoura a ser implantada.

Art. 5.º - O trator e equipamento deverá trabalhar por barro, evitando assim o deslocamento excessivo da máquina, objetivando maior rendimento dos serviços;

Art. 6.º - Após ter sido realizado os serviços e constatado o não plantio mesmo que o requerente tenha pago serviços, esse produtor ficará impedido de requerer novos serviços por (2) dois anos consecutivos a contar da data da constatação, salvo se houver uma justificativa por escrito, aceitável, analisada pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Agrícola do Município - COMDERI.

Parágrafo Único - A Prefeitura através da Casa da Agricultura procederá a fiscalização e vistoria dos serviços realizados nos locais indicados nos requerimentos, em qualquer época.

Art. 7.º - Os pequenos arrendatários terão direito de requerer os serviços, obedecendo o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, apresentando contrato de arrendamento e demais documentos pessoais.

Parágrafo Único - em cada imóvel só será atendido um arrendatário e em caso de simulação será cobrado, o valor de mercado dos serviços realizados e os simuladores ficam proibidos de receber novos serviços, pelo prazo de (4) quatro anos consecutivos.



PREFEITURA do MUNICÍPIO de ITAPETININGA
ESTADO DE SÃO PAULO

* Art. 8.º - O valor dos serviços serão calculados em função dos custos das variações das operações realizadas, compreendendo:

- Mão de obra, custo de combustível, custo com óleo lubrificante e graxa, custo de peças de reposição, custo da parte rodante, lavagem e outros que poderão sofrer alterações, assim que a Casa da Agricultura achar conveniente.


Art. 9.º - O custo dos serviços, por unidade de produtor, deverão obedecer as tabelas I e II que passarão a fazer parte deste Decreto, podendo ser atualizada de acordo com as condições estabelecidas pelo artigo anterior.

Art. 10 - O requerente deverá recolher o valor correspondente aos serviços através de Guia de Recolhimento, conforme modelo aprovado pelo COMDERI, junto à tesouraria Municipal ou BANESPA, no prazo de 30 (trinta) dias após ter sido realizado os serviços.

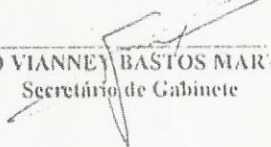
Parágrafo Único - O não pagamento dos serviços prestados incidirá juros de mora sobre o valor da dívida, de acordo com a legislação em vigor.

Art. 11 - O controle operacional da Patrulha Agrícola Municipal é de competência única e exclusiva da Casa da Agricultura Municipalizada, que deverá adotar impresso próprio para essa finalidade, anexo III, que passará a fazer parte integrante deste Decreto.

Art. 12 - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.


ENG.º RICARDO BARBARÁ DA COSTA LIMA
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado no Gabinete do Prefeito na data supra


JOÃO VIANNEY BASTOS MARTINS
Secretário de Gabinete